



Esta série de *Cadernos* foi impressa em **papel 100% reciclado**, sujeito a pequenas variações nas cores e na qualidade de impressão.

Cadernos de Proposições para o Século XXI

Aliança por um Mundo
Responsável, Plural e Solidário

INTERCULTURALIDADE

Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização

Agustí Nicolau Coll

2002

REALIZAÇÃO

Instituto Pólis
www.polis.org.br

EQUIPE DE EDIÇÃO

coordenação geral Hamilton Faria
coordenação editorial Janaina Mattos
tradução Ricardo A. Rosenbusch
revisão Thiago Nogueira e Joaquim Antonio Pereira Sobrinho
projeto gráfico da coleção Cássia Buitoni
projeto gráfico deste título Cássia Buitoni
ilustrações Marcelo Bicalho (as ilustrações foram produzidas especialmente para esta coleção e gentilmente cedidas pelo artista)
difusão Isis de Palma—Imagens Educação

APOIO

Fondation Charles-Léopold Mayer pour le Progrès de l'Homme—FPH (Paris)

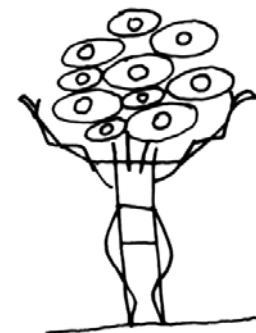
CATALOGAÇÃO NA FONTE - PÓLIS/CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO

COLL, Agustí Nicolau

Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização. São Paulo, Instituto Pólis, 2002. 124p. (Cadernos de Proposições para o Século XXI, 2)

1. Cultura. 2. Diversidade Cultural. 3. Pluralismo Cultural. 4. Cultura Política. 5. Interculturalidade. 6. Direitos Humanos. 7. Globalização. I. Instituto Pólis. II. Aliança por um Mundo Responsável, Plural e Solidário. III. Título. IV. Série.

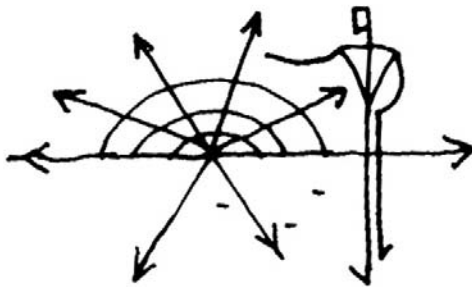
Fonte: Vocabulário Pólis/CDI



Propostas para uma diversidade cultural intercultural na era da globalização

Agustí Nicolau Coll

2002



Sumário

- 11 **APRESENTAÇÃO**
- 19 **INTRODUÇÃO: as duas caras da globalização**
- 25 **I. PROPOSTAS DE ESCLARECIMENTO DAS NOÇÕES FUNDAMENTAIS**
- 26 **1. Sobre cultura e diversidade cultural**
 - 27 a. A cultura não é apenas uma dimensão entre outras
 - 32 b. Os três níveis estruturais de toda cultura
 - 34 c. As culturas não são apenas simples racionalidade
 - 37 d. O divino, o humano e o cósmico: três dimensões constitutivas de toda cultura
- 38 **2. A diversidade cultural**
 - 39 a. Por que a diversidade cultural é importante?
 - 42 b. Três posicionamentos perante a diversidade cultural do mundo
- 45 **3. Pluralismo cultural e interculturalidade**
 - 45 a. O pluralismo
 - 49 b. A interculturalidade

53 **II. PROPOSTAS PARA UMA DIVERSIDADE CULTURAL INTERCULTURAL**

55 **4. Propostas de diálogo intercultural em diferentes âmbitos**

56 a. Valores fundamentais universais

77 b. Culturas econômicas

81 c. Culturas políticas

83 d. Culturas sociais

86 e. Culturas científicas

89 f. Culturas educativas

91 g. Culturas ecológicas

92 h. Culturas religiosas

94 **5. Propostas de diálogo intercultural em contextos distintos**

94 a. Sociedades multiculturais: rumo a um povo de comunidades

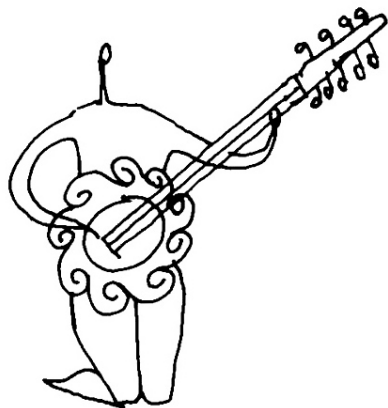
111 b. Estados plurinacionais e multiétnicos

113 c. Cooperação internacional e relações internacionais

119 **Bibliografia**

121 **Notas**





APRESENTAÇÃO

Esta publicação é o segundo volume da série *Cadernos de Proposições para o Século XXI*, cujos textos foram produzidos no contexto da *Aliança Por Um Mundo Responsável Plural e Solidário*, dinâmica internacional que reúne pessoas de mais de cem países em torno de alguns temas de vital importância, tanto para o presente, como para o futuro da humanidade. Produzidos no Brasil pelo *Instituto Pólis*, os Cadernos estão sendo traduzidos para vários idiomas, e editados em várias partes do mundo, com o objetivo de disseminar as propostas elaboradas pelos participantes da Rede Aliança. Nesse sentido, temas como a arte, a educação ambiental, questões relacionadas à nutrição e à soberania alimentar, ao uso e conservação dos solos, da água e das montanhas, para citar alguns exemplos, foram cuida-



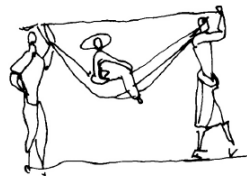
dosamente discutidos e as propostas sistematizadas por especialistas, com a contribuição também de demais pessoas interessadas na preservação da vida.

O texto aqui apresentado traz uma importante reflexão sobre as dificuldades e possibilidades das relações culturais interculturais, que ocorrem cotidianamente entre pessoas de diferentes culturas que vivem numa mesma cidade, bairro, país etc. Trata do modelo de relações interculturais, no qual o outro é sempre sinônimo de perigo, e sua cultura na maioria das vezes classificada ou como esdrúxula ou, no melhor dos casos, como exótica, embora sempre inferior, principalmente com relação à civilização ocidental, branca, masculina, capitalista. Nesse sentido, problematiza também a globalização como imposição de uma única cultura para todas as localidades, desconsiderando a existência de outras tradições e culturas. Trata-se de um tema cuja pertinência deveria dispensar maiores explicações, dada sua importância para a construção de uma cultura da paz, da sustentabilidade e da solidariedade entre os povos, objetivo final da Aliança.

Concordes com esse objetivo, apresentamos o texto de Agustí Nicolau Coll, que nos traz uma reflexão de pertinência indiscutível para o futuro da humanidade: sociedades multiculturais, diversidade cultural, globalização, domínio. Objetivo ambicioso demais, dirão alguns, antes de lê-lo. Durante a leitura, porém, certamente se darão conta da necessidade da construção de caminhos para que o diálogo intercultural se realize com base no respeito e, principalmente, no interesse pelas diferenças como elemento enriquecedor da experiência humana.

O texto está dividido em dois blocos. No primeiro, o autor irá definir os conceitos que serão utilizados no decorrer da argumentação, e no segundo apresenta propostas mais concretas de intervenção para a promoção de relações culturais interculturais.

Uma das preocupações do autor diz respeito à vida naqueles lugares que recebem pessoas de muitas origens e culturas diferentes, apresentando uma composição cultural diversa, resultante de fluxos migratórios — realidade bem conhecida pelo autor, natural da Catalunha, região que apresenta todas essas características. Geralmente, nesses lugares, há um grupo previamente instalado, cuja



cultura é dominante, e para o qual a integração dos imigrantes significa submissão cultural. Dialogando com essa percepção, a reflexão do autor irá recuperar o sentido original da palavra “integração”, que se refere a todas as partes que compõem um conjunto, responsáveis, com sua dinâmica e existência, pela sua integridade. Nessa perspectiva, a noção de integração se opõe à de assimilação, pois implica no confronto e na troca em condições de igualdade entre as partes envolvidas, num processo gradual que transforma o outro, migrante ou imigrante, em participante ativo da vida econômica, cívica, cultural e espiritual de sua nova sociedade. O autor pondera sobre a preocupação, muito comum, que vê nas relações comunitárias estabelecidas nas grandes cidades o perigo do surgimento de guetos e do que ele chama de “recolhimento identitário”. Em sua perspectiva, a dimensão comunitária da vida deve, ao contrário, ser recuperada e valorizada como construtora de identidades e da solidariedade. Para o autor, a dimensão comunitária precede a societária, não num sentido evolucionista, mas em importância, para que as pessoas possam ser plenamente aquilo que elas são — a dimensão comunitária não

anula a participação na sociedade, ao contrário, a fortalece. O importante é que o debate intercultural esteja embasado num conceito de diversidade como diferença, e não como desigualdade. Nesse sentido, todos aqueles que se consideram membros de uma determinada sociedade devem poder exercer seu direito de participação em igualdade de condição com os demais.

Outra de suas preocupações trata do traço particular da cultura desenvolvimentista, que se outorga o direito de impor sua noção de bem-estar a todas as demais culturas. Como os promotores do desenvolvimento são os países mais poderosos do planeta, em termos de recursos efetivos para exercer a dominação, ocorre que sua cultura vem há séculos sendo imposta a todos os povos, a partir de uma visão hierárquica sobre todos os aspectos da cultura, principalmente de sua dimensão econômica. Alerta-nos para o fato de que “enfrentamos a possibilidade concreta de que a globalização não seja senão a última etapa do processo de homogeneização cultural iniciado com a modernidade ocidental há pelo menos duzentos anos, se é que não foi há quinhentos anos”. Ou seja, ao invés de serem utilizados para a

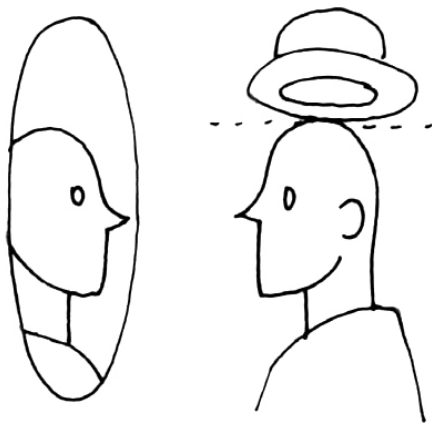
homogeneização cultural e o domínio de uma cultura sobre todas as outras, os instrumentos desenvolvidos pela globalização poderiam servir mais ao enriquecimento e conhecimento mútuo entre as muitas culturas que a humanidade foi capaz de desenvolver, e à construção de um mundo justo, em paz e harmonia.

Se pensarmos na situação brasileira, veremos que a discussão proposta por Agustí tem muito a nos dizer. Vivemos durante séculos influenciados pela ilusão da miscigenação sem conflitos, mascarando uma realidade onde a dominação e a discriminação racial e social diminuem consideravelmente as possibilidades de realização cultural plena para uma enorme parcela da população. População, aliás, que nunca deixou de lutar pela formação de uma sociedade na qual os direitos de minorias sejam respeitados e incorporados a uma identidade nacional reconhecidamente plural. Como resultado dessa luta, vivemos hoje um importante processo de democratização das relações sociais no Brasil, e um cenário político que certamente irá exigir a incorporação de uma série de demandas reprimidas. Devemos aproveitar a oportunidade para promover o incentivo ao diálogo, fer-

ramenta fundamental para a construção de uma cultura da paz, que se solidifica com base na interculturalidade. Esperamos que o Brasil possa realmente se transformar num país multicultural, de vários mundos, várias cores, vários sabores, convivendo sem o estigma da exclusão na busca da felicidade social e do desenvolvimento humano.

Hamilton Faria e Janaina Mattos





INTRODUÇÃO: **as duas caras da globalização**

Este início do século XXI vem sendo caracterizado, sobretudo, por duas realidades que se apresentam como antagônicas: o processo de *globalização* e a tomada de consciência em relação à *diversidade cultural e civilizacional do mundo*.

Este processo chamado de globalização pode ser analisado teoricamente a partir de diferentes pontos de vista, ressaltando seus prós e contras. No entanto, apesar da diversidade de opiniões que possa existir com relação a esse processo, há um fato que se evidencia de maneira cada vez mais gritante: pelo modo como está se desenvolvendo, o processo de globalização implica sobremaneira a imposição de um modelo *urbi et orbi*, a despeito das eventuais adaptações culturais que possam ocorrer.

Enfrentamos a possibilidade concreta de que a globalização não seja senão a última etapa do processo de homogeneização cultural iniciado com a modernidade ocidental.

mais homogênea e uniforme possível, como única maneira de assegurar uma vida digna e em paz para todas as nações.

Para além das razões e motivações profundamente divergentes nesse processo (vontade de dominação contra a vontade de salvar os outros da sua suposta inferioridade), o fato é que todos os seus defensores têm coincidido ao considerarem a diversidade cultural como coisa secundária, quando não perigosa, ou como um empecilho ao

aviso levado a efeito mediante estratégias distintas (colonialismo, desenvolvimentismo, globalização) ou estandartes distintos (cristianismo, modernização, democratização) não muda nada do essencial: o sonho de uma só cultura humana universal, a



avanço resplandecente de uma humanidade única, composta de seres autônomos e supostamente desvencilhados de toda cultura ou de seres que abraçam uma pretensa cultura universal.

A exigência do reconhecimento do valor da diversidade cultural tornou-se um importante imperativo dos nossos tempos, graças, em certa medida — como é justo reconhecer —, a alguns instrumentos nascidos junto com a globalização. A evidência de que o mundo é culturalmente diverso não pode mais ser ignorada, nem mesmo por aqueles que não gostam dessa realidade e até lutam contra ela.

A evidência de que o mundo é culturalmente diverso não pode mais ser ignorada, nem mesmo por aqueles que não gostam dessa realidade e até lutam contra ela.

A humanidade enfrenta a opção entre *sacrificar a diversidade cultural* no altar da globalização ou, ao contrário, fazer do *diálogo intercultural* um instrumento a serviço do enriquecimento e do conhecimento mútuo entre culturas, passo fundamental para assegurar a possibilidade de um mundo justo, em paz e harmonia, aproveitando alguns dos instrumentos que a globalização tem desenvolvido.

Essa perspectiva intercultural é a que deve permitir que superemos, simultaneamente, tanto a homogeneização que resulta do atual modelo de globalização como os fundamentalismos culturais, que, embora se apresentem como alternativas à globalização homogeneizante, são processos tão destrutivos quanto ela.

Este caderno apresenta uma série de propostas básicas organizadas em dois blocos:

- No primeiro bloco, colocamos as propostas de caráter teórico em torno das noções de cultura, diversidade cultural, pluralismo cultural e interculturalidade.
- No segundo, as propostas mais concretas, voltadas para a articulação intercultural da diversidade cultural.





I. PROPOSTAS DE ESCLARECIMENTO DAS NOÇÕES FUNDAMENTAIS

Antes de considerarmos as propostas que visam a contribuir para uma articulação intercultural da diversidade cultural, achamos necessário esclarecer adequadamente as noções de cultura, diversidade cultural, pluralismo e interculturalidade. Essas quatro noções — fundamentais neste caderno — têm sido e são objeto de uma avalanche de definições, com frequência contraditórias e incompatíveis, fato que nos obriga a apresentar algumas propostas esclarecedoras sobre a questão.

1. Sobre cultura e diversidade cultural



Quanto à noção de cultura, entendemos que é preciso esclarecer seu conteúdo, seus níveis de estruturação, sua forma de compreender a realidade e a estrutura profunda subjacente em todos os distintos sistemas de valores.



a. A cultura não é apenas uma dimensão entre outras

Habitualmente, quando falamos em cultura estamos aludindo a aspectos intelectuais, folclóricos ou de valores, o que implica que ela seja reduzida a mais uma dimensão entre outras da realidade, ao lado da economia, da política, da religião, da organização social, da ciência, do sistema jurídico. **Todavia, a preservação e a promoção da diversidade cultural mediante o diálogo intercultural nos exige irmos além dessa concepção da cultura como simples dimensão da realidade social.** Todavia, a preservação e a promoção da diversidade cultural mediante o diálogo intercultural nos exige irmos além dessa concepção da cultura como simples dimensão da realidade social.

Se quisermos realmente promover a diversidade cultural mediante o diálogo intercultural, não podemos mais considerar a cultura apenas como um aspecto entre outros, uma vez que ela é o conjunto de crenças, mitos, conhecimentos, instituições e práticas por meio

dos quais uma sociedade afirma sua presença no mundo e garante sua reprodução e permanência no tempo. Ou seja, é um modo de vida que abrange toda a realidade existencial das pessoas e comunidades de uma sociedade, e não apenas as artes, o folclore e as crenças.

A redução da cultura a uma simples dimensão da realidade (chamada amiúde de dimensão cultural) não é condizente com a vontade

Não há ato político, econômico, científico, religioso, jurídico, social, artístico ou folclórico que não seja cultural, ou seja, que não expresse uma cultura específica.

de preservar e promover a diversidade cultural, já que toda realidade econômica, política, religiosa, jurídica, educativa, científica, tecnológica etc. é uma atividade cultural, isto é, inscrita em determinada matriz cultural. De fato, não podemos falar em cultura, de um lado, e economia,

política, ciência, tecnologia, religião, medicina, justiça, organização social, artes e folclore, de outro, como se se tratassem de dois mundos separados e autônomos. Não há ato político, econômico, científico, religioso, jurídico, social, artístico ou folclórico que não seja cultural, ou seja, que não expresse uma cultura específica.

Devemos perguntar-nos então se é possível promover a diversidade cultural e ao mesmo tempo propor uma só cultura econômica (economia de troca e de mercado), uma só cultura política (Estado-nação), uma só cultura educativa (escolarização e alfabetização), uma só cultura jurídica (confronto e castigo), uma só cultura religiosa (absoluta secularização da sociedade), uma só cultura científica (ciência experimental moderna), uma só cultura do bem-estar (desenvolvimento). Podemos esquecer e negar os saberes e as práticas das outras culturas impondo-lhes um modo de vida (modernização e desenvolvimento) e, ao mesmo tempo, pretender preservar a diversidade cultural? Parece-nos que a resposta é bem clara: não podemos.

Se estamos falando de preservação e promoção da diversidade cultural, forçosamente devemos nos referir à preservação e à promoção da cultura econômica, política, social, científica, religiosa, medicinal,

Podemos esquecer e negar os saberes e as práticas das outras culturas impondo-lhes um modo de vida (modernização e desenvolvimento) e, ao mesmo tempo, pretender preservar a diversidade cultural?

educativas etc. própria de cada sociedade e grupo humano. E, conseqüentemente, será preciso que o diálogo intercultural se desenvolva em cada um desses “âmbitos culturais”.

Não se trata apenas de uma questão semântica, mas da adoção de uma perspectiva voltada para o pleno reconhecimento do poten-

Para superarmos a concepção da cultura como simples dimensão, é preciso que reorientemos todo o debate centrado no pluralismo cultural e na interculturalidade.

cial e das capacidades de cada cultura humana, em todos os âmbitos da realidade. Para superarmos a concepção da cultura como simples dimensão, é preciso que reorientemos todo o debate centrado

no pluralismo cultural e na interculturalidade: no primeiro caso, não se trata tão-somente de uma pluralidade de formas de uma suposta cultura universal, e, no segundo, não se trata apenas de uma interculturalidade que tenha como objetivo final a mestiçagem e a unidade num contexto homogêneo aceito por todos.

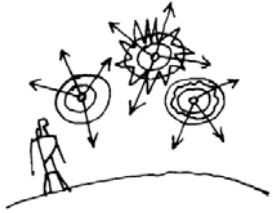
Neste sentido, temos de levar em consideração que, mesmo que todas as culturas sejam fruto da mestiçagem, esta não ocorre

de forma única e homogênea, mas diversa e plural, exatamente porque cada situação de contato entre culturas é diferente e singular. Portanto, reconhecer a realidade da mestiçagem não implica procurar um horizonte de homogeneidade. Trata-se simplesmente da constatação de um fenômeno que se verifica todos os dias em todas as culturas, e não de se transformar a realidade objetiva da mestiçagem numa ideologia voltada para a superação das diferenças culturais, uma vez que as diferenças em si não são uma realidade a ser superada, mas, antes, uma realidade que deve ser aceita.

Não devemos buscar a harmonia “apesar das nossas diferenças, mas graças às nossas diferenças”.

Não devemos buscar a harmonia “apesar das nossas diferenças, mas graças às nossas diferenças”.¹

Porém, antes de tratarmos das questões relativas ao pluralismo cultural e à interculturalidade, precisamos esclarecer aspectos que dizem respeito à dinâmica das culturas em si mesmas.



b. Os três níveis estruturais de toda cultura

Acreditamos que em toda cultura é possível falar em três níveis de realidade, sendo esta entendida como o modo global de vida de um povo ou de uma sociedade.²

Um primeiro nível diz respeito aos valores e crenças — conscientes ou inconscientes — em que cada cultura fundamenta e desenvolve sua maneira de conceber a realidade e de se situar nela. Tais valores e crenças nem sempre são da ordem da consciência reflexiva e do logos, mas principalmente da ordem do *mythos*, que é aquilo em que acreditamos sem termos consciência de que acreditamos. Trata-se do horizonte de inteligibilidade sobre o qual cada grupo humano alicerça seu modo de vida. Lançando mão da analogia da árvore,³ podemos dizer que os valores e as crenças são as raízes, que, embora em geral não sejam visíveis, são sempre primordiais e essenciais à vida e ao desenvolvimento da árvore.

Um segundo nível diz respeito às instituições que se desenvolvem nos diversos âmbitos da realidade, como concretização estrutural dos valores e crenças e também como marco referencial dentro do qual se

inscrevem e se desenvolvem as práticas concretas. Essas instituições podem ser de caráter mais ou menos formal, o que não tem relação alguma com sua importância. Voltando à analogia da árvore, as instituições seriam o tronco, que permite aos valores tomarem forma concreta e visível.

Por fim, focalizaremos as práticas concretas e cotidianas nos distintos âmbitos (político, econômico, da organização social, científico, territorial, educacional, religioso etc.) da realidade, que habitualmente são os elementos mais visíveis de qualquer cultura, aqueles com que nos deparamos em primeiro lugar. Continuando com a analogia, essas práticas seriam os galhos e as folhas da árvore, que podem experimentar modificações mais profundas e rápidas do que o tronco ou as raízes.

Com demasiada frequência, ao falarmos sobre culturas, conflitos e relações interculturais, não tomamos o cuidado de especificar em que nível estamos falando, o que faz com que a busca de soluções e de vias de entendimento em face dos conflitos e desafios se torne muito mais difícil.



c. As culturas não são apenas simples racionalidade

É muito comum a tendência a reduzir as culturas a uma questão de simples racionalidade: tudo o que uma cultura representa é apenas

É muito comum a tendência a reduzir as culturas a uma questão de simples racionalidade: tudo o que uma cultura representa é apenas o resultado de um cálculo racional que visa a responder aos desafios materiais.

o resultado de um cálculo racional que visa a responder aos desafios materiais. A partir dessa perspectiva tenta-se compreender e captar as culturas, em toda a sua complexidade, apenas de um ponto de vista racional, pretendendo achar uma coerência lógica e dedutiva

que englobe o conjunto. Qualquer elemento que não possa ser reduzido a simples racionalidade é considerado irracional, mágico ou secundário, e menosprezado como elemento portador de sentido e valor.

Entretanto, a experiência mostra que nenhuma realidade humana, nem a realidade de um modo geral, pode ser interpretada somente do

ponto de vista racional, pois ela não é apenas o resultado do logos, ainda que a ditadura do logos sobre a realidade como um todo faça com que ela seja reduzida estritamente àquilo que possa ser pensado — o resto da realidade não existe. Certamente podemos identificar mais duas dimensões de realidade, sobretudo no que diz respeito às culturas: trata-se da dimensão *mítico-simbólica* e da dimensão do *mistério*.⁴

A dimensão *mítico-simbólica* abrange nem tanto o que é considerado irreal, fictício, fantástico, transcendente, imaginário etc., mas justamente aquilo que “nos coloca em contato com a realidade”. Trata-se de um nível da realidade mais profundo do que aquele que se pode atingir a partir da razão reflexiva, conceitual e lógica. Se a dimensão racional pode ser definida como *verbum mentis* (a palavra do pensamento), a dimensão *mítico-simbólica* seria o *verbum entis* (a palavra do ser).

A dificuldade em se apreender essa dimensão reside no fato de que ela não pode ser definida nem explicitada pela razão, dado que se trata daquilo que não pode ser pensado, nem dito, mas que é tão real quanto aquilo que percebemos valendo-se da razão.

Finalmente, a dimensão do mistério corresponde àquilo que não pode ser pensado nem definido, e que excede a toda conceitualização e simbolização que possamos propor. Logo, isso não impede que o mito possa ser veículo do mistério, e o logos a sua explicitação conceitual, desde que se tome o cuidado de não confundi-los, uma vez que não se trata de um enigma que precisa ser resolvido, mas da liberdade total da realidade, que é preciso viver em toda sua profundidade.

Quando falamos em interculturalidade e pluralismo cultural é muito importante levarmos em conta essas três dimensões, presentes em toda cultura. Do contrário, corremos o risco de reduzir tudo ao logos, continuando assim com os etnocídios culturais que causam tanta destruição.



d. O divino, o humano e o cósmico: três dimensões constitutivas de toda cultura

Por fim, quanto aos valores e às crenças que alicerçam toda cultura (mencionados no item 1.c., podemos estabelecer uma relação direta entre cada um deles e pelo menos uma das três dimensões constitutivas da realidade: a dimensão antropológica, a dimensão cósmica e a dimensão divina.⁵

Em outras palavras, toda cultura veicula uma concepção do humano, do divino e do cósmico, já que a própria realidade é constituída por essas três dimensões e pelas relações existentes entre elas. *Portanto, podemos afirmar que todo valor cultural tem sempre relação com pelo menos uma dessas três dimensões.*

Logo, para se compreender melhor os valores de uma cultura é preciso conhecer e compreender a articulação dessas três dimensões, bem como as relações e hierarquias entre elas.

Toda cultura veicula uma concepção do humano, do divino e do cósmico, já que a própria realidade é constituída por essas três dimensões e pelas relações existentes entre elas.

2. A diversidade cultural



Entendemos ser mais apropriado falar em diversidade cultural do que em diferenças culturais, pois a palavra “diferença” sugere a comparação com um modelo estabelecido, embora nem sempre seja essa a intenção. Já ao falarmos em diversidade cultural fica claro que assumimos o fato de que não existe um modelo único preestabelecido, mas diferentes modelos, todos com suas respectivas luzes e sombras.



a. Por que a diversidade cultural é importante?

Muitas vezes não é demais explicitar o que parece evidente, nem que seja para não acabar defendendo coisas sem sentido. Quanto à diversidade cultural, é comum pessoas e grupos que se preocupam com o devir da humanidade darem por certo que ela precisa ser preservada. Contudo, não é habitual que se esclareça também por que essa preservação é necessária.

Pensamos que a importância da diversidade cultural não reside nela própria, nem se justifica a si mesma como finalidade *per se*, mas como meio e instrumento de algo que se encontra além dela. A diversidade cultural em si não é importante, mas tão-somente em relação às pessoas e comunidades, que são sua expressão e encarnação. Portanto, quando falamos sobre

Quando falamos sobre a diversidade cultural estamos falando sobre pessoas e comunidades humanas que, por razões e motivos muito diferentes, desenvolveram modos especiais de viver, que são criadores de sentido não apenas material e individual, mas também espiritual e coletivo.

A diversidade cultural é a expressão da vontade de ser, a configuração da realização de uma vida plena e em comunhão com toda a realidade. Nesse sentido, a defesa da diversidade cultural significa mais um profundo respeito àquilo que as pessoas e comunidades são do que uma obsessão pelo que se acredita que elas deveriam ser.

determinado ponto do tempo e do espaço e sem a qual *ser pessoa* não faz sentido. A diversidade cultural é a expressão da vontade de ser, a configuração da realização de uma vida plena e em comunhão com toda a realidade.

Nesse sentido, a defesa da diversidade cultural não consiste apenas na defesa de alguns direitos, mas implica defender a criatividade humana que busca a sua plenitude, uma plenitude que não é sim-

a diversidade cultural estamos falando sobre pessoas e comunidades humanas que, por razões e motivos muito diferentes, desenvolveram modos especiais de viver, que são criadores de sentido não apenas material e individual, mas também espiritual e coletivo.

Em outras palavras, a diversidade cultural é expressão real da criatividade humana mais profunda, que procura construir-se e situar-se em

plesmente antropológica. A diversidade cultural insere-se nem tanto no âmbito individual-coletivo, mas no âmbito pessoal-comunitário. Neste sentido, sua defesa significa mais um profundo respeito àquilo que as pessoas e comunidades são do que uma obsessão pelo que se acredita que elas deveriam ser. Trata-se de um respeito à complexidade humana, que não admite visões uniformes nem imposições redutoras, a cujas restrições a vida jamais se submete. Aceitar a diversidade cultural não é um ato de tolerância para com o outro, distinto de mim ou da minha comunidade, mas o reconhecimento desse outro (pessoal e comunitário) como realidade plena, contraditória, como portador de saber, de conhecimentos e práticas por meio dos quais ele é e tenta ser plenamente.

No entanto, para sermos coerentes com o que já assinalamos sobre a noção de cultura, digamos que falar em diversidade cultural im-

Aceitar a diversidade cultural não é um ato de tolerância para com o outro, distinto de mim ou da minha comunidade, mas o reconhecimento desse outro (pessoal e comunitário) como realidade plena, contraditória, como portador de saber, de conhecimentos e práticas por meio dos quais ele é e tenta ser plenamente.

plica não só aceitar uma diversidade de folclores, línguas, costumes ou “produções culturais”, mas também uma diversidade de culturas econômicas, políticas, sociais, científicas, educativas, espaciais etc.



b. Três posicionamentos perante a diversidade cultural do mundo

Sem nenhuma pretensão de esgotar o tema, podemos considerar que existem três grandes perspectivas quanto ao futuro da diversidade cultural do mundo contemporâneo.

Em primeiro lugar podemos falar de uma perspectiva que prevê e/ou deseja a progressiva uniformização cultural, sob o impulso do modelo socioeconômico ocidental moderno, uma criação euro-americana. Na sua versão mais extremada, seria o sonho de instauração do *American way of life* no mundo inteiro. Essa perspectiva, que ainda é atraente para muitos círculos intelectuais, políticos e econômicos,

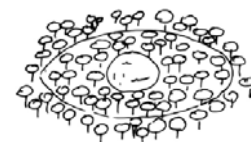
deixou de ser defendida abertamente em razão tanto da oposição que ela gera como da impossibilidade de sua imposição absoluta e concreta, decorrente das resistências expressadas em todo o mundo. Todavia, mesmo que essa perspectiva não possa ser imposta totalmente, ainda se trabalha com esse objetivo, respeitando as peculiaridades culturais apenas na medida em que elas não obstaculizem a expansão da cultura econômica, social e política ocidentais modernas. Com diferenças de grau, podemos definir essa perspectiva como a de *um mundo único e monocolor*.

Em segundo lugar podemos falar de uma perspectiva que vê como fato incontestável a diversidade cultural, mas que ao mesmo tempo coloca a necessidade de um sistema mundial único, que contenha a diversidade cultural em seu interior. Segundo essa perspectiva, esse sistema mundial seria o terreno com base no qual a diversidade cultural pode ser administrada, mesmo que se trate de um terreno (democracia, direitos humanos, mercado único, Nações Unidas etc.) que é essencialmente o produto da cultura ocidental moderna. Os motivos que levam as pessoas a assumir essa perspectiva

podem ser diversos e mesmo contraditórios, indo da postura pragmática de Samuel Huntington (*The Clash of Civilizations*), que abraça por achar que é a melhor estratégia para garantir a continuidade do domínio ocidental no mundo, até a posição da UNESCO, expressa no relatório mundial *Nossa diversidade criadora* (1994). Essa perspectiva pode ser definida como *um mundo único e multicolor*.

Em terceiro lugar temos uma perspectiva que assume o caráter culturalmente diverso do nosso mundo contemporâneo mas não prega, a princípio, a necessidade de um sistema mundial com valores universais e supraculturais, e sim a necessidade de intercâmbio, relação e diálogo entre diferentes culturas e civilizações, partindo da genuinidade e da irreduzibilidade de cada uma delas. Porém, essas características não exigem que as culturas e civilizações se fechem em si mesmas, pelo contrário, permitem que se abram umas às outras, exatamente a partir do que elas são e não do que deveriam ser. Podemos definir essa perspectiva como a de *um mundo que contém muitos mundos*, retomando a bela expressão do movimento zapatista mexicano.

3. Pluralismo cultural e interculturalidade



a. O pluralismo

A diversidade cultural prova que nenhum paradigma pode pretender-se único e explicativo de toda a realidade, pela mesma razão que cada cultura é uma realização no espaço e no tempo da grande aventura humana. Cada cultura é um ponto de vista quanto à realidade, condicionado e determinado pelo próprio contexto e pela história. De fato, cada cultura é uma perspectiva sobre a realidade que de

A diversidade cultural prova que nenhum paradigma pode pretender-se único e explicativo de toda a realidade, pela mesma razão que cada cultura é uma realização no espaço e no tempo da grande aventura humana.

modo algum pode se pretender global, já que a perspectiva sempre é, por definição, parcial. Isto é, podemos dizer que cada cultura vê toda a realidade, mas só parcialmente.

Defrontamo-nos, portanto, com a imperiosa necessidade de uma atitude pluralista no que diz respeito à diversidade cultural do mundo de hoje, para que ele possa vir a ser um espaço de justiça e paz. Podemos caracterizar essa atitude pluralista da seguinte maneira:⁶

- O pluralismo cultural não se limita à constatação da multiplicidade de culturas, nem à vontade de reduzir essa multiplicidade à unidade. É evidente que existem diversas culturas e que não é possível reduzi-las a uma só. Para o pluralismo cultural não basta o simples reconhecimento da multiplicidade e a desistência de desejos de unidade.
- O pluralismo não vê a unidade como um ideal premente e necessário, mesmo se dentro dessa unidade houvesse espaço para variações plura-rais. O pluralismo aceita e assume de maneira positiva a existência de aspectos irreduzíveis nas culturas, com seus próprios mitos, sem que isso o leve a ignorar os possíveis aspectos comuns. O pluralismo não se alimenta de uma esperança escatológica de que to-

das as culturas conseguirão por si mesmas alcançar a unidade.

- O pluralismo cultural não afirma que existe uma única verdade, nem o contrário, múltiplas verdades. Pluralismo não quer dizer multiplicidade de verdades, mas sim admitir que essa verdade é pluralista em si mesma, desde que é expressão do pluralismo da realidade que encarna em distintas culturas. O pluralismo da verdade nos impede de identificá-la quer com a unidade, quer com a multiplicidade.
- O pluralismo cultural, como perspectiva, não admite nenhum sistema universal. Um hipotético sistema pluralista implicaria uma contradição interna, uma vez que a incomensurabilidade das diversas culturas não pode ser superada. Esta incomensurabilidade não é em si algo negativo que devemos eliminar, mas, antes, uma revelação da própria natureza da realidade: nenhuma cultura pode abrangê-la totalmente, por mais universal que se pretenda.

Pluralismo não quer dizer multiplicidade de verdades, mas sim admitir que essa verdade é pluralista em si mesma, desde que é expressão do pluralismo da realidade que encarna em distintas culturas.

O pluralismo cultural não pressupõe o isolamento entre as culturas nem seu fechamento, mas, exatamente o contrário, uma abertura e uma perspectiva interculturais, que nos deixam abertos à realidade do outro.

- O pluralismo cultural nos torna cientes da nossa própria contingência, dos nossos limites, mostra-nos que a realidade não é caracterizada pela transparência, atingível pelo pensamento do logos. Mesmo que uma atitude pluralista procure entrar na dimensão do logos, ela tem consciência também de que as culturas não podem ser reduzidas a ele, porque, como já apontamos, elas também são *mythos e logos*.
- O pluralismo cultural, como atitude, exprime uma confiança na realidade e permite e aceita a coexistência polar e sob tensão de diferentes convicções humanas definitivas, de distintas cosmologias e religiões. Não procura nem eliminar nem absolutizar o mal ou o erro.

Contudo, o pluralismo cultural não pressupõe o isolamento entre as culturas nem seu fechamento, mas, exatamente o contrário, uma abertura e uma perspectiva interculturais, que nos deixam abertos à realidade do outro.



b. A interculturalidade

A noção de interculturalidade como a situação em que entram em contato duas ou mais culturas não pode ser encarada com leviandade ou tratada como um encontro fácil e tranquilo, pois pode trazer consigo, e de fato traz, uma intensa exigência, em todos os níveis. Os aspectos que apresentamos a seguir não pretendem esgotar o tema, mas apenas propor um ponto de partida para iniciar o debate e discussão.⁷

- A noção de interculturalidade não pode ser reduzida ao encontro entre maiorias e minorias, nem ao simples contato interétnico, uma vez que se trata de uma perspectiva e de uma postura que aceitam e assumem o caráter intercultural de cada uma das culturas, sem pretender que elas sejam iguais.
- A interculturalidade não pode significar o estudo de uma cultura, ou das relações entre duas culturas diferentes, com base nos critérios e valores de apenas uma delas ou de um ponto de vista considerado neutro e universal (acultural, transcultural ou supracultural).
- A interculturalidade também não é uma técnica ou estratégia

A interculturalidade não pode significar o estudo de uma cultura, ou das relações entre duas culturas diferentes, com base nos critérios e valores de apenas uma delas.

para: monoculturalizar melhor conforme a ideologia dominante (postura defendida em nome da integração à

cultura pública comum da maioria, ou à cultura da modernidade e do desenvolvimento); tolerar melhor, politicamente e de maneira temporária, à espera de condições para des-culturalizar tudo, postura defendida por aqueles que pregam a necessidade de libertar-se de toda cultura, abraçando os valores supostamente universais e aculturais do indivíduo autônomo, da racionalidade, da objetividade (que com frequência procura deixar para trás toda cultura e religião). Não percebemos a homogeneização cultural, nem a tirania da racionalidade nem a alienação que uma abstração como essa implica. Não existe uma realidade neutra, a não ser na ficção da abstração conceitual.

- Para expressar o conceito de maneira positiva, reservamos a noção de interculturalidade unicamente para o encontro de culturas que se realiza em cima de bases, fundamentos, matrizes ou lugares únicos de cada uma das culturas, em presença ou a partir de um horizonte comum que não pertença com exclusividade a nenhuma delas.

- A interculturalidade é o encontro não só das categorias lógicas (*logoi*) dos sistemas de signos e das representações de cada uma das culturas, como também das práticas, crenças e matrizes, dos símbolos, rituais e mitos e, em último lugar, da totalidade da realidade existencial que cada uma delas, à sua maneira, constitui de forma única.

- Preferimos dizer que esse imperativo é intercultural, em vez de bicultural, pluricultural ou plural, porque essas noções são demasiadamente dualistas.

- Sabemos que o encontro entre culturas e a interculturalidade, no sentido que acabamos de apontar, causa um sério abalo nos fundamentos de cada uma delas, ocasionando inevitavelmente uma profunda crise de seus símbolos, de seus mitos, de seus pressupostos finais.

- A interculturalidade, em definitivo, representa uma experiência libertadora para todas e cada uma das culturas que interagem, por meio da qual podemos reconhecer os limites inerentes a nossas culturas e nossos mundos; ao mesmo tempo, porém, ela nos permite perceber o caráter infinito e transcendente de nós mesmos, de nossas identidades e de nossos respectivos mundos.



II. PROPOSTAS PARA UMA DIVERSIDADE CULTURAL INTERCULTURAL

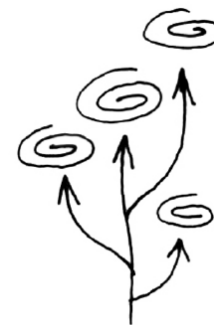
Entendemos que as propostas devem visar a uma *diversidade cultural intercultural*, pois estamos certos de que o futuro dessa diversidade passa inelutavelmente pelo estabelecimento de relações entre as diversas culturas. Não se trata, porém, de uma estratégia cujo alvo seja uma mestiçagem uniformizadora, mas um enriquecimento de cada cultura e sua transformação em contato com as outras, a partir do que ela é e não da sua negação.

Achamos que as propostas de diálogo intercultural deveriam ser articuladas levando-se em conta âmbitos temáticos distintos — de acordo com o que

expusemos a respeito da noção global de cultura —, bem como distintos contextos. Essa diferenciação não é banal nem gratuita, pois atende à necessidade de se concretizar as propostas levando em consideração tanto o tema a que elas se referem quanto o contexto em que se verificam.

Considerando-se que na atualidade o processo de globalização envolve o predomínio da cultura ocidental moderna em todos os âmbitos da realidade, com variações de intensidade, as propostas articulam-se essencialmente no estabelecimento do diálogo entre essa cultura e as restantes culturas e civilizações.

4. Propostas de diálogo intercultural em diferentes âmbitos



Como dissemos no princípio do documento, a diversidade cultural diz respeito a todas e cada uma das dimensões da realidade humana e não apenas a algumas delas. É por isso que indicamos a seguir, para cada uma delas, o desafio maior que um verdadeiro diálogo intercultural deveria enfrentar. Na maioria dos casos isso se dará entre o pressuposto surgido no contexto da cultura ocidental moderna e as culturas de outros âmbitos civilizatórios.



a. Valores fundamentais universais

Uma das problemáticas mais polêmicas na atualidade é a que rodeia a definição de certos valores universais com relação à diversidade cultural. Costuma-se dizer que o fundamento inquestionável dos valores universais reside nos Direitos Humanos, com base nos quais se deve construir uma ética universal.

Os Direitos Humanos carregam a marca do contexto cultural em que se originaram, que é, obviamente, o contexto ocidental moderno.

Por certo, a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pelas Nações Unidas em 1948 tornou-se o referencial primeiro e último de proteção e promoção da dignidade das pessoas. Sem pormos em dúvida sua validade e utilidade, devemos admitir que os Direitos Humanos carregam a marca do contexto cultural em que se originaram, que é, obviamente, o contexto ocidental moderno. Reconhecer esse fato não implica negar o valor e a utilidade desses direitos, mas admitir seus limites, por um lado, e abrir a porta a sua fecundação intercul-

tural, por outro, com base em lógicas sociais distintas existentes no mundo de hoje.

- **Fundamentos políticos, filosóficos e sociais dos Direitos Humanos⁸**

Em primeiro lugar, cabe observar que os Direitos Humanos surgiram num contexto político, social e filosófico preciso. No nível político, a primeira Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão surgiu ao abrigo da Revolução Francesa, como um instrumento para a defesa dos indivíduos em face dos abusos e da opressão do poder político então dominante na Europa, concentrado no absolutismo monárquico.

Quanto aos fundamentos filosóficos, devemos levar em consideração a crescente importância que adquire no mundo ocidental a noção de indivíduo, que, segundo ressaltam o sociólogo Marcel Mauss e o antropólogo Louis Dumont, teria sua origem como formulação jurídica no mundo clássico latino-romano, depois retomada pelo cristianismo. Essa ênfase na dimensão individual do ser humano implica ser este concebido como uma realidade à parte do resto do mundo. Num universo cristão, essa separação permite que se estabeleça uma

A secularização do mundo ocidental no contexto da modernidade resultou na substituição de Deus por um sistema de regras, normas e leis que determinam o que é bom e justo.

relação direta com Deus; num Ocidente secularizado, o indivíduo passa a estabelecer uma relação consigo mesmo, como princípio e fim de cada coisa. No que tange ao contexto social, devemos considerar que no mundo ocidental a ordem social é concebida essencialmente como algo imposto pelo meio ao indivíduo, por influência do universo cultural abraâmico, onde Deus, como fundamento distinto do mundo por Ele criado, é a instância suprema à qual se deve submissão. A secularização do mundo ocidental no contexto da modernidade resultou na substituição de Deus por um sistema de regras, normas e leis que determinam o que é bom e justo. Essa concepção se baseia na idéia de que existe um direito atribuído a cada indivíduo por uma realidade exterior a ele, seja Deus ou o Estado, e que é homoganeamente igual para todos esses indivíduos.

Além desses fundamentos, no entanto, devemos levar em consideração também que os Direitos Humanos evoluíram, desde sua primeira formulação jurídica de 1789, na Revolução Francesa.

Podemos dizer que essa primeira declaração é a dos direitos políticos e civis individuais, como expressão do pensamento moderno dominante à época, e que ela não concebe a possibilidade de outro tipo de direitos que não sejam os estritamente individuais. Durante o século XIX e a primeira metade do século XX, tomaram forma os direitos econômicos e sociais, fundamentalmente como resultado das reivindicações da classe operária, face às conseqüências sociais e econômicas negativas da Revolução Industrial. Essas duas primeiras gerações de Direitos, sobretudo a primeira, é que acabarão por configurar a Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela ONU em 1948.

A terceira geração de Direitos Humanos focaliza os direitos culturais e de solidariedade, que decorrem do gradativo reconhecimento da diversidade cultural da humanidade. Trata-se de direitos com uma dimensão tanto individual quanto coletiva e que, diferentemente dos direitos das duas primeiras gerações, não se inserem na lógica do Estado, mas fora dela e por vezes contra ela, quando esta impede ou tolhe o exercício daqueles direitos.

Por outro lado, não podemos ignorar a mudança de função experimentada pelos Direitos Humanos ao longo de sua história. Como temos salientado, a luta pelo reconhecimento dos Direitos Humanos começa com uma clara intencionalidade defensiva, no sentido de que se lutava, num primeiro momento, para obter um instrumento de defesa contra os abusos do Estado absoluto, e depois também contra os abusos e as injustiças que geraram a Revolução Industrial. Embora essa função defensiva certamente tenha se mantido até os nossos dias, acrescentou-se a ela, de maneira progressiva e sutil, uma segunda função radicalmente diferente: a de constituir-se no referencial máximo e talvez único para a articulação e a organização da vida em sociedade no mundo inteiro. Em outras palavras, cada vez mais nos defrontamos com este dilema: *ou os Direitos Humanos, ou a barbárie*.

É importantíssimo levarmos em consideração essa nova função dos Direitos Humanos, uma vez que é exatamente nela que se localiza o conflito entre os Direitos Humanos e a diversidade cultural. Utilizar esses direitos para se defender contra os abusos das empresas transnacionais e dos Estados (por sinal, duas instituições mo-



dernas de origem ocidental) em qualquer lugar do mundo, não é a mesma coisa que utilizá-los para impor uma só maneira de conceber e articular a cultura social e jurídica no mundo, sem levar em conta outras culturas desse tipo.

- **Alguns elementos sobre o caráter ocidental dos Direitos Humanos**

Aprofundando-nos mais um pouco na questão do caráter ocidental dos Direitos Humanos, no que tange aos mitos e às crenças profundas em que eles se baseiam, podemos ressaltar basicamente três postulados, com suas correspondentes críticas interculturais (PANIKKAR 1982: 90-105).

O primeiro postulado é a crença numa *natureza humana universal*, que é cognoscível por meio da razão — tomada como instrumento universal de conhecimento — e é fundamentalmente diferente do resto da realidade. Isso implica considerar o ser humano como dono de si, de seu destino e do universo todo, e, portanto, “legislador supremo” neste mundo. Uma crítica intercultural a este postulado argumentaria, por um lado, que não há motivo para a natureza humana

universal estar separada do resto da realidade, pois nesse caso caberia entender que os Direitos Humanos estão violando, por exemplo, os direitos cósmicos; por outro lado, qualquer interpretação da natureza humana é sempre particular.

Um segundo postulado proclama a dignidade da pessoa humana, que deve ser defendida principalmente diante do Estado e da sociedade. Esse postulado baseia-se na separação entre indivíduo e sociedade e na autonomia do indivíduo em relação ao cosmo, isto é, aos valores supremos. Uma crítica intercultural a esse respeito argumentaria que a pessoa humana não pode ser reduzida ao indivíduo, que afinal não passa de uma simples abstração. Como pondera Panikkar (1982:100),

“minha” pessoa também está nos “meus” familiares, nos “meus” filhos, nos “meus” amigos, nos “meus” inimigos, nos “meus” antepassados, nos “meus” descendentes. A “minha” pessoa também está em “minhas” idéias e “meus” sentimentos, e em “minhas” coisas. Se me fazes mal, também fazes mal a todo o meu clã e talvez até a ti mesmo.

Em outras palavras, se podemos considerar o indivíduo como sendo um nó isolado, a pessoa seria “todo o tecido que está ao redor desse nó, de modo que a princípio não podemos determinar os limites de uma pessoa, pois eles dependem em definitivo da sua personalidade”. (PANIKKAR 1982:92)

Um terceiro postulado é o da ordem democrática, que se contrapõe nem tanto à ordem totalitária, mas sim à ordem hierárquica, fundamentada numa lei divina ou numa origem mitológica. Em primeiro lugar, para a ordem democrática a sociedade é uma soma de indivíduos que se associam para atingir certos objetivos que não conseguiriam atingir sozinhos. Neste sentido, portanto, a sociedade é vista como uma instância que em qualquer momento pode cometer abusos e oprimir os indivíduos. Em segundo lugar, esse postulado implica que todos os indivíduos sejam considerados num mesmo nível de importância e responsabilidade quanto ao bem-estar social. Em terceiro lugar, a sociedade nada mais é que uma soma de indivíduos que toma decisões em nome de vontades individuais soberanas, independentemente de toda a realidade supra-humana, quer se acredite ou



não que esta existe. Finalmente, os limites da liberdade individual são os limites da liberdade dos outros indivíduos, o que justifica em termos racionais o governo da maioria.

Em face desse postulado democrático, que pode parecer incontestável e inquestionável, uma crítica intercultural faria várias ponderações. Em primeiro lugar, a inconveniência da pretensa alternativa entre *democracia* e *ditadura ou totalitarismo*, já que a ordem democrática não é a única ordem não totalitária ou não ditatorial possível para garantir a dignidade das pessoas. Talvez ela seja a melhor ordem para a defesa contra os abusos do Estado, da sociedade ou das transnacionais, mas também pode ser a pior, quando toma decisões contrárias ao equilíbrio ecológico, à dignidade das pessoas que não fazem parte da própria sociedade ou do Estado democrático (decisões de Estados democráticos que afetem populações de outros Estados), às minorias esmagadas pela maioria democrática etc.

- **As culturas sociais não ocidentais**

Como acabamos de ver, a noção de Direitos Humanos tem suas raízes na cultura ocidental moderna, concretamente numa maneira especial de se conceber a cultura social. Para termos uma melhor compreensão da não-universalidade dessa cultura social ocidental moderna, examinaremos brevemente outras culturas e lógicas sociais diferentes da lógica ocidental moderna.⁹

No contexto do *pensamento confucionista*, presente especialmente na China, não se reconhece um deus criador infinito e oposto ao mundo humano finito, uma vez que não existe a dicotomia entre criador e criatura. A partir dessa perspectiva, o mundo não é concebido como sendo regido por leis exteriores, ele é auto-governado espontaneamente. Isso implica que o indivíduo deve conciliar-se com essa ordem e explica, ou justifica, o valor elevado atribuído à auto-disciplina, adquirida pela educação e, principalmente, pelo respeito aos ritos, que fazem com que ela seja aperfeiçoada. No pensamento e nas práticas sociais influenciadas pelo confucionismo, o direito tem importância muito relativa e menor como elemento que intervém na

No contexto do pensamento confucionista, os direitos serão utilizados sempre dentro de um conjunto de ritos e modelos de conduta, levando-se em conta que o horizonte procurado será sempre, mais que o da justiça, o da harmonia social eventualmente rompida, com o propósito de reestabelecê-la e reforçá-la.

que os direitos serão utilizados sempre dentro de um conjunto de ritos e modelos de conduta, levando-se em conta que o horizonte procurado será sempre, mais que o da justiça, o da harmonia social eventualmente rompida, com o propósito de reestabelecê-la e reforçá-la.

No contexto do *pensamento animista*, que de um modo geral podemos identificar com a chamada África Negra e com os povos indígenas de todo o mundo, vemos que a idéia fundamental é que o universo é o resultado da circulação de energias. A *anima* do universo é regulada por essas energias mediante um jogo contínuo de complementaridade harmonizadora. Trata-se de uma pluralidade comple-

estruturação das relações sociais. As leis serão percebidas antes como modelos de conduta, pois o importante é respeitar os ritos, as regras de comportamento (*giri*) que regulam os diversos tipos de relações sociais, buscando acordos em caso de conflito. Enfim, podemos dizer

mentar por meio da qual as sociedades muitas vezes se organizam, com base numa estrutura ternária. O fundamento do Universo, surgido do caos, não é o uno, mas o múltiplo, o desorganizado, o instável. O mundo cria-se e recree-se constantemente e nesse processo o ser humano desempenha um papel muito importante, já que cabe a ele garantir a harmonia universal. Segundo essa perspectiva, a unidade social não pode resultar de uma ordem exterior imposta a ela, de caráter uniformizante, mas da afirmação de grupos diversos que se necessitam mutuamente por serem complementares. Uma vez que a unidade provém da diversidade, todo sistema de valores ou código jurídico que procure a uniformização será percebido como destruidor dessa unidade. Não havendo ordem exterior, os seres humanos são responsáveis por seu próprio futuro e, portanto, a busca de consenso e conciliação é fundamental em caso de conflito. Em definitivo, assim como o mundo, as pessoas são concebidas pluralmente em níveis distintos (corporal, espiritual, ancestral e energético), que as compõem por meio de sua articulação dinâmica. Além disso, cada pessoa pertence a diversos domínios sociais e familiares nos quais

está inserida, de modo que a identidade é determinada basicamente pela função que a pessoa desempenha no seio da sociedade. No pensamento ocidental, do ponto de vista jurídico, o ser humano é o mesmo desde o nascimento até a morte, com direitos invariáveis e iguais para todos. A vivência animista é totalmente distinta, pois a pessoa manifesta a sua multiplicidade em todos os níveis, e manifesta acima de tudo sua mutabilidade.

A noção de pessoa jurídica não pertence ao direito original africano. O que encontramos nele é o status determinado pelas funções exercidas: o status individual fica mais importante com a idade, quando a pessoa se casa, quando tem filhos, quando se torna chefe de uma linhagem. (ALLIOT 1989: 274)

Tradicionalmente, nas sociedades animistas a pessoa era plural, inserindo-se em diversas comunidades e grupos, o que conferia pluralidade à organização social e, ao criar poderes e contra-poderes, impedia a geração de um poder forte e centralizado, protegendo assim a sociedade dos abusos e da exploração que pudessem surgir, sem a

necessidade de estabelecer direitos humanos ideais para todos.

No mundo indiano, que abrange as tradições hindu, budista e jainista, existe uma noção comum a todas elas: o darma. Essa noção só é compreensível a partir da visão cosmológica em que ela se inscreve. Para a perspectiva hinduísta, o mundo não foi criado do nada por um criador externo, mas é a manifestação — *srishti* — do não-manifesto — *Brama* — no manifesto. A finalidade do mundo criado é o retorno do manifesto ao não-manifesto, e para isso o mundo plural articula-se hierarquicamente de forma complexa, sob o jogo permanente entre dois princípios: o princípio de *prana*, a energia, e o princípio de *âkâsha*, a substância.

Neste contexto o darma representa uma visão plural e muito di-

Tradicionalmente, nas sociedades animistas a pessoa era plural, inserindo-se em diversas comunidades e grupos, o que conferia pluralidade à organização social e, ao criar poderes e contra-poderes, impedia a geração de um poder forte e centralizado, protegendo assim a sociedade dos abusos e da exploração que pudessem surgir, sem a necessidade de estabelecer direitos humanos ideais para todos.

versa, que, sem ser contraditória, pode ser percebida, compreendida e vivenciada de muitas maneiras diferentes.

O homem religioso verá no darma a lei de Deus; o homem moral o verá como o princípio interior que fornece um critério do bem e do mal; o jurista o verá como a lei [...]; o psicólogo ressaltará a tradição, o costume, o espírito social; o filósofo verá nele a consciência da espécie ou a consciência da unidade, que pela sua própria natureza acabará levando o homem a manifestar a bondade ou o sentido de unidade; o idealista verá nele o ideal; o realista, a lei que está por trás do espetáculo da vida; o místico prático, a força que fomenta a harmonia na unidade. Todavia, na verdade o darma é o princípio que está na base de todas essas manifestações, contido em todas elas e subjacente a todas essas concepções. (Gualtherus Mees, citado em HERBERT 1988: 117-118)

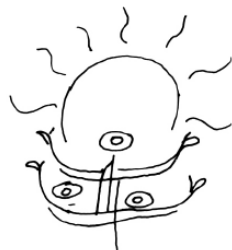
Trata-se basicamente de um princípio de coesão e força cósmica que pode manifestar-se de muitas formas, mas se mantém imutável na sua essência; isto nos permite compreender melhor que um dos

fundamentos do pensamento indiano é a articulação de todos os elementos que compõem o cosmo. Como explica Cristophe Eberhard,

Um dos fundamentos do pensamento indiano é a articulação de todos os elementos que compõem o cosmo.

com efeito, o que chama a atenção antes de tudo no pensamento indiano é a sua tendência a assimilar e articular tudo: cada sistema de pensamento, cada filosofia é vista como sendo compatível com as outras e articula-se no interior de um sistema, por certo hierárquico, mas profundamente plural, preservando, porém, o ideal da unidade do cosmo, de Deus. (EBERHARD 2000: 192-193)

O darma, que possui implicações jurídicas, sociais e éticas, não está fundamentado no indivíduo, mas na totalidade do cosmo, do qual o ser humano é apenas uma parte. Contanto que respeite o darma, o ser humano pode viver em harmonia com o cosmo, e isso nos ajuda a compreender o que Raimon Panikkar diz sobre o lugar que ocupa o Direito numa sociedade estruturada em torno da idéia do darma.



Um mundo onde a noção de darma ocupa um lugar central, permeando tudo, não se interessa pela manifestação explícita do “direito” de um indivíduo sobre outro ou do indivíduo perante a sociedade, pois a sua preocupação acima de tudo é estabelecer o caráter dármico (justo, verdadeiro, consistente...) ou a-dármico de uma coisa ou de uma ação dentro do conjunto do complexo cosmoteândrico da realidade (PANIKKAR 1982: 106)

Assim como no animismo, neste caso a personalidade individual tem caráter mais funcional do que substancial, sendo o status diferente o que determinará os direitos e deveres de cada pessoa. Além do mais, é preciso lembrar que, diferentemente dos Direitos Humanos, o darma concerne à totalidade do cosmo com todos os seres que nele habitam, e não apenas aos seres humanos. Isso implica que a finalidade última seja assegurar a harmonia do cosmo. Neste sentido, as palavras de Panikkar (PANIKKAR 1982: 108), “o gênero humano só tem o ‘direito’ de sobreviver na medida em que cumpre com seu dever de preservar o mundo (*lokasamgraha*)”, adquirem plena significação.

Nessa perspectiva, os Direitos Humanos ficam relativizados, sem

terem negada sua importância no contexto do cosmo como um todo. O que significa que eles só podem ser admitidos como um conjunto harmonioso, relacionado com toda a estrutura do universo, que também inclui o ser humano, o cosmo e as divindades.

No entanto, devemos levar em consideração que, mesmo respeitando a primazia do darma, o pensamento indiano também reconhece outros elementos subsidiários a ele, que têm sua importância na determinação do que é justo.

A aspiração religiosa não monopoliza toda a atividade humana. Complementando o darma (ou seja, o bem), existem o artha (aquilo que é útil) e o kama (aquilo que proporciona prazer). Além da ciência do darma (darma-shastra) temos a ciência do “artha” (artha-shastra) que é a ciência do que é útil, onde a norma surge da avaliação das vantagens que se pode obter de uma ação e que são expostas nos tratados de política e na prática dos príncipes, e, por outro lado, a ciência do kama é a ciência do prazer e dos meios para alcançá-lo, um conhecimento codificado no Kamasutra. (EBERHARD 2000: 197)

Por fim, no que diz respeito ao mundo islâmico, cabe salientar em primeiro lugar que ele compartilha com o Ocidente o paradigma de uma ordem imposta de fora, à qual a pessoa deve submeter-se. No entanto, no caso do Islã, essa ordem não é profana, mas profundamente sagrada.

Quanto ao direito, isso significa que as leis não provêm do Estado mas de Deus, do que resulta que a *sharia*, a lei corânica, se sobrepõe ao poder político, cuja função consiste mais em aproximar a sociedade ao ideal divino revelado pelo Profeta do que em transformar essa sociedade.

De uma perspectiva islâmica, a aceitação dos Direitos Humanos como algo absoluto e imutável não faz sentido, porque somente Deus é absoluto, e são suas leis que governam, não outras leis nem os Direitos Humanos.

Esta preeminência da lei corânica não implica automaticamente sua fossilização nem a rejeição a toda mudança, uma vez que, além dos referenciais maiores, isto é, a unidade do princípio, a unidade de Deus, a comunidade de crentes, a *Umma* e a mensagem corânica dos cinco pilares da fé, o Islã aceita outros referenciais, como o próprio

Profeta, por exemplo, os diversos ritos, as interpretações das distintas escolas, que podem ser muito diferentes em alguns aspectos. Isso faz com que exista dentro do Islã uma grande pluralidade de interpretações e vivências, que com frequência se manifestam no campo jurídico.



Tendo chegado a este ponto e levando em consideração o que já foi apresentado, com o intuito de resolvermos o dilema entre “valores universais” e “diversidade cultural”, achamos que é preciso estabelecer três princípios fundamentais:

- A definição dos valores universais deve responder acima de tudo à necessidade de atentar para problemas que surgem em todo o mundo e afetam todas as culturas, no contexto da globalização. Mas esses valores universais não devem substituir automaticamente os sistemas de valores próprios das diferentes culturas e civilizações, ainda que estes possam ser questionados e enriquecidos por aqueles.

Paralelamente à definição de valores universais, é conveniente, necessária e altamente instrutiva a divulgação dos sistemas de valores de outras lógicas e culturas sociais, com suas luzes e sombras, como forma de infundir uma atitude profundamente pluralista perante os diversos sistemas de valores e crenças da humanidade.

- Paralelamente à definição de valores universais, é conveniente, necessária e altamente instrutiva a divulgação dos sistemas de valores de outras lógicas e culturas sociais, com suas luzes e sombras, como forma de infundir uma atitude profundamente pluralista perante os diversos sistemas de valores e crenças da humanidade.

- A definição de valores universais não deve ser feita a partir de um código particular que pode incorporar em maior ou menor grau particularidades e elementos de outras culturas, mas com base num diálogo intercultural real e profundo em que nenhum sistema de valor estabeleça de maneira unilateral as regras e o escopo do diálogo.



b. Culturas econômicas

Um dos pressupostos contemporâneos no contexto da globalização é a possibilidade de se instaurar um único sistema econômico em escala mundial automaticamente benéfico para todo mundo, seja qual for a sua cultura. Para além dos efeitos negativos causados pela globalização do sistema econômico neoliberal nos países e territórios localizados na periferia do sistema dominante, efeitos que têm sido explicitados por numerosas análises desenvolvidas nos últimos anos, constatamos que a imposição desse sistema traz como consequência três fatos fundamentais e inter-relacionados:

- a suposição de que atualmente só é possível haver uma cultura econômica, com seus valores, suas instituições e práticas;
- a consequente depreciação de valores, instituições e práticas de outras culturas econômicas;
- o resultado de perda da autonomia social e política de muitas sociedades, em razão da alienação profunda de suas próprias concepções e práticas econômicas.

A cultura econômica neoliberal de hoje é fundamentalmente uma teoria do dinheiro, que deixa de fora tudo o que não é contabilizável, à diferença das economias tradicionais, que são o que a etimologia da palavra indica: *oikos*, casa, e *nemon*, gestão, administração, isto é, administração da casa.

articulada com elas, uma vez que se coloca a serviço das necessidades e dos desejos da população. Falando com mais clareza: não se constroem casas para que a máquina econômico-financeira funcione, mas porque as pessoas precisam de casas para morar. Não se desenvolvem atividades econômicas para a economia funcionar, a economia é que funciona na medida em que atende às necessidades e aspirações que a sociedade define com base em sua própria concepção de vida.

De mais a mais, a atividade econômica não consiste apenas na atividade monetária e financeira, ela inclui muitas outras atividades que a economia dominante não leva em consideração porque não geram benefícios pecuniários, tangíveis e contabilizáveis. Pode-se dizer que a

Com maior ou menor fortuna, no decurso dos séculos e ainda atualmente, em muitas sociedades a atividade econômica não tem sido autônoma com relação às restantes dimensões da sociedade; pelo contrário, está intimamente

cultura econômica neoliberal de hoje é fundamentalmente uma teoria do dinheiro, que deixa de fora tudo o que não é contabilizável, à diferença das economias tradicionais, que são o que a etimologia da palavra indica: *oikos*, casa, e *nemon*, gestão, administração, isto é, administração da casa.

Outro aspecto a ser levado em conta, e que está relacionado com o maior ou menor grau de autonomia da atividade econômica e produtiva, é que as economias de raiz não-ocidental moderna podem ser consideradas essencialmente economias de “dom e reciprocidade”. Isso quer dizer que toda atividade de troca econômica resulta no estabelecimento de vínculos e relações pessoais entre os agentes que dela participam. É uma atividade social global que não se encerra com o pagamento pelo produto fornecido ou pelo serviço prestado. Enquanto isso, a progressiva autonomização com relação às demais dimensões da sociedade transformou a cultura econômica moderna em uma cultura de troca, sem a dimensão de reciprocidade com os elementos das relações sociais que a acompanham.

A progressiva autonomização com relação às demais dimensões da sociedade transformou a cultura econômica moderna em uma cultura de troca, sem a dimensão de reciprocidade com os elementos das relações sociais que a acompanham.

O desafio intercultural no que tange às distintas culturas econômicas será, genericamente, o de encontrar um modo de harmonizar, num mundo economicamente globalizado, a cultura ocidental moderna de intercâmbio com as outras culturas econômicas, que tenham sistemas de valores, instituições e práticas diferentes. Mais concretamente, será preciso definir o espaço próprio da cultura econômica moderna de intercâmbio, que, como regra geral, não deveria substituir as outras culturas econômicas, mas complementá-las naquilo que elas não conseguem desenvolver. Os aspectos positivos que a cultura econômica moderna apresenta não devem ser utilizados para anular os elementos positivos das outras culturas econômicas, e sim para complementá-los.

Tudo o que pode ser obtido mediante *uma cultura econômica de reciprocidade local e regional* jamais deveria ser substituído por uma cultura econômica globalizada de intercâmbio, pois isso diminui a capacidade de decisão sobre as prioridades, as necessidades e os desejos da sociedade. Seria preciso avaliar o espaço próprio da cultura econômica de intercâmbio e da cultura econômica de reciprocidade, sem que a segunda tenha de ser substituída pela primeira.



c. Culturas políticas

Neste terreno, o primeiro fator a se considerar é que, no contexto da diversidade cultural, a oposição “democracia ou totalitarismo” nem sempre é válida, porque existem culturas políticas que, embora não possam ser definidas exatamente como democráticas (pelo menos do ponto de vista ocidental), nem por isso são totalitárias.

Por outro lado, a real capacidade de decisão das chamadas democracias liberais, a despeito de discursos idealistas, é de fato bastante limitada. Por exemplo, será que o processo atual de globalização econômica foi discutido e decidido democraticamente? Quantas vezes as vítimas de decisões políticas tomadas democraticamente para defender os interesses de Estados também democráticos puderam opinar e

No contexto da diversidade cultural, a oposição “democracia ou totalitarismo” nem sempre é válida, porque existem culturas políticas que, embora não possam ser definidas exatamente como democráticas (pelo menos do ponto de vista ocidental), nem por isso são totalitárias.

decidir sobre as questões envolvidas? Qual é realmente a capacidade de decisão dos cidadãos dos países democráticos sobre as linhas mestras do sistema econômico em que estão imersos?

Esperamos que esses poucos exemplos ajudem a demonstrar que não se deve desqualificar sem mais nem menos as culturas políticas, com ou sem instrumento estatal, que não obedecem aos parâmetros da democracia liberal dominante na cultura política ocidental moderna.

Na grande diversidade de culturas existentes no mundo inteiro há também grande diversidade de culturas políticas, com valores, noções e instituições próprias, diferentes das que caracterizam a democracia e o Estado-nação, bem como com práticas específicas. O desafio intercultural no campo da diversidade de culturas políticas consiste essencialmente no reconhecimento e na aceitação dessa diversidade, deixando de lado a falsa oposição entre democracias e ditaduras/totalitarismos.



d. Culturas sociais

A noção fundamental da organização social moderna, na qual confluem ideologias divergentes, é a do *indivíduo* e sua *autonomia*. Com base nessa definição de indivíduo têm sido construídas e articuladas as relações sociais modernas, inclusive o próprio sistema político democrático.

Mesmo estando cientes de que a primazia do indivíduo no Ocidente moderno resulta em grande medida de uma reação contra elementos da sua própria história, sobretudo contra as monarquias absolutas da primeira fase da modernidade, não podemos pressupor que esta primazia seja sempre a única nem a melhor maneira de se articular as relações sociais. De fato, nem todas as culturas estão baseadas principalmente na noção de indivíduo, uma vez que em muitas delas o elemento fundamental da organização social é a co-

Em muitas culturas, a base da organização social não é a sociedade, como organização dos indivíduos, e sim a comunidade, como mecanismo de articulação das pessoas.

munidade. Acontece que, em geral, o pensamento moderno tem considerado necessário superar essa realidade para o bem do indivíduo. Como assinala acertadamente o politicólogo Bertrand Badie (1992),

a individualização das relações sociais tem sido considerada emancipadora e racionalizante pela Ilustração e sobretudo pelo evolucionismo do século XIX: paulatinamente, ela liberta o indivíduo das fidelidades comunitárias, da tutela do grupo social natural ao qual ele pertence, promovendo uma socialização mais livre e crítica; afasta-o de uma vontade natural exercida pelo grupo, substituindo-a por uma vontade racional, abrindo caminho para o cálculo e a avaliação. [...] De acordo com esta leitura, o comunitarismo só pode ser residual, apenas uma herança da tradição que está fadada a desaparecer: a governabilidade dos sistemas políticos exige a sua reabsorção.

Cabe afirmar que na organização social surgida a partir da modernidade ocidental a noção de sociedade é fundamental. Entretanto, em muitas culturas, para bem ou para mal, a base da organização social

não é a sociedade, como organização dos indivíduos, e sim a comunidade, como mecanismo de articulação das pessoas. O âmbito comunitário é fundamental para garantir uma vida digna, esteja ele ou não inserido num espaço social mais amplo.

Nesse terreno, o desafio intercultural consiste em procurar o modo de tornar compatíveis o âmbito comunitário e o âmbito da sociedade, sem que o segundo absorva e anule o primeiro e sem que o primeiro anule as pessoas.

O desafio intercultural consiste em procurar o modo de tornar compatíveis o âmbito comunitário e o âmbito da sociedade, sem que o segundo absorva e anule o primeiro e sem que o primeiro anule as pessoas.



e. Culturas científicas

A ciência moderna, mais precisamente a tecnociência é a grande conquista da modernidade ocidental, pois por meio dela se concretizou o desenvolvimento econômico e a expansão da cultura econômica. Baseada no método analítico-empírico-quantitativo, ela apoderou-se do próprio conceito de ciência, a ponto de esta ser identificada exclusivamente com aquela. Na maioria das vezes, falar em ciência é falar em ciência ocidental moderna.

A cultura científica ocidental moderna não é de modo algum a única cultura científica possível.

Existem outros sistemas de conhecimento, e nada impede que sejam qualificados de científicos, pois a etimologia latina da palavra “ciência” corresponde a “saber” e “conhecimento”.

Todavia, sem subestimar a importância nem as realizações da cultura científica ocidental moderna como sistema de conhecimento, ela não é de modo algum a única cultura científica possível. Existiram

Podemos dizer que a cultura científica ocidental moderna parte dos seguintes pressupostos:

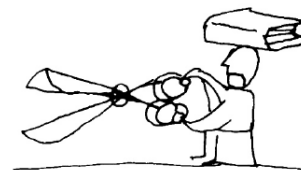
- separação entre o sujeito e o objeto;
- busca de leis naturais para explicar e compreender todos os fenômenos da realidade;
- redução da realidade àquilo que pode ser compreendido por meios racionais;
- vontade de domínio sobre a natureza.

É preciso ressaltar, contudo, que esses pressupostos não são universais, uma vez que existem outras racionalidades científicas fundamentadas em pressupostos diferentes, que, embora muito diversos, podem ser assim resumidos:

- não-separação entre sujeito e objeto e, portanto, entre ser humano e natureza;
- os fenômenos são, acima de tudo, singulares, mesmo que possam obedecer até certo ponto a determinadas leis; portanto é mais importante compreender cada fenômeno em si mesmo que estabelecer essas leis;

- a realidade não se limita àquilo que pode ser pensado racionalmente, pois há um amplo campo de mistério que não se pode reduzir nem eliminar;
- vontade de comunhão com a realidade.

O desafio intercultural no âmbito científico e tecnológico vai consistir em deixar de considerar que a ciência moderna é o único sistema ou critério de validação do conhecimento e a única modalidade de saber das distintas culturas. Será preciso, portanto, reconhecer a existência de outras racionalidades científicas,¹⁰ que podem mostrar-se igualmente, ou mais, válidas e eficazes, ainda que suas lógicas nem sempre sejam inteligíveis pelos critérios da ciência moderna.



f. Culturas educativas

De um modo geral, do ponto de vista moderno, a pessoa analfabeta tende a ser considerada inculta, sem educação, quando na verdade ela é apenas analfabeta, o que independe de seu nível de conhecimento. Em grande medida, equipara-se o analfabeto ao inculto porque se pressupõe que educação é apenas a educação escolar formal. A força e a onipresença da instituição escolar têm tamanho peso no mundo contemporâneo que geram esse reducionismo. Porém, em qualquer sociedade há uma cultura educativa, que pode incluir ou não a instituição escolar, mas que em todos os casos a suplanta.

Como a cultura educativa é um veículo para os valores e as crenças da sociedade em que se desenvolve, podemos considerar que não há uma maneira única de conceber nem de praticar a educação. Não é possível isolar a cultura educativa do resto da realidade social, pois ela é ao mesmo tempo reflexo desta e instrumento de sua reprodução.

Em grande medida, equipara-se o analfabeto ao inculto porque se pressupõe que educação é apenas a educação escolar formal.

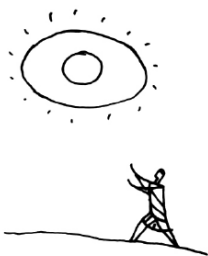
Toda cultura educativa, além de transmitir conhecimentos mais ou menos objetivos sobre a realidade, cuida também de transmitir valores, formas de comportamento, crenças, e isso vale inclusive para a cultura educativa ocidental moderna. Portanto, o desafio intercultural no campo educativo coloca a necessidade de não considerarmos a escolarização e a alfabetização como os únicos meios possíveis para dignificar as pessoas. A aprendizagem fora do contexto escolar, bem como as tradições orais das demais culturas educativas também devem ser tomadas como vias válidas e necessárias, e assim valorizadas. Pode-se falar da existência de *maneiras distintas de aprender*, conforme as culturas educativas.¹¹



g. Culturas ecológicas

O relacionamento do ser humano com seu meio na cultura ocidental moderna é marcado pela separação entre sujeito e objeto, que é característica da cultura científica, como temos visto. Em razão dessa separação, a natureza é considerada um recurso a serviço do homem, que é seu dono e senhor. Isso é conflitante com as outras concepções, para as quais a natureza é parte constitutiva do ser humano¹² e vice-versa, com todas as conseqüências ecológicas que derivam desse fato. Na maioria das sociedades indígenas e tradicionais a diferenciação entre natureza e cultura é muito menor, quando não inexistente.

O desafio intercultural nesse terreno está em achar a maneira de tornar compatível as culturas ecológicas tradicionais, nas quais a integração natureza - ser humano é muito estreita, com a cultura ecológica ocidental moderna, caracterizada por uma grande diferenciação e até por uma cisão entre o homem e seu meio.



h. Culturas religiosas

Um dos terrenos em que mais freqüentemente se estabelece o diálogo cultural é o âmbito religioso, sendo o diálogo inter-religioso um dos mais desenvolvidos na atualidade.

Esse diálogo pode adotar dois caminhos diferentes:

Um dos terrenos em que mais freqüentemente se estabelece o diálogo cultural é o âmbito religioso, sendo o diálogo inter-religioso um dos mais desenvolvidos na atualidade.

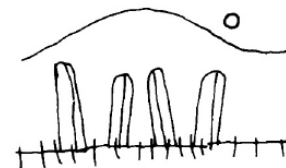
- um diálogo interconfessional em que os interlocutores são principalmente lideranças e autoridades hierárquicas das distintas instituições religiosas;
- um diálogo entre crentes, independente dos contatos que existam em outros níveis.

Por outro lado, o diálogo inter-religioso pode responder a duas grandes motivações:

- a busca de vias de compreensão e enriquecimento entre as diversas tradições religiosas;
- a busca de respostas diante dos grandes desafios da humanidade.

Sejam quais forem os interlocutores e as motivações, o diálogo inter-religioso no contexto da globalização deverá fazer frente aos seguintes desafios:

- deixar para trás toda tendência exclusivista da experiência religiosa e espiritual, sem que isso implique a perda da identidade própria de cada religião;
- Permitir a inclusão do mundo moderno secularizado, não para combatê-lo nem para se adaptar a ele, mas para trabalhar em conjunto em prol da dignidade humana;
- estar aberto ao questionamento e à purificação das crenças e dos valores religiosos de cada religião.



5. Propostas de diálogo intercultural em contextos distintos



a. Sociedades multiculturais: rumo a um povo de comunidades

Para nós, sociedades multiculturais são aquelas que apresentam uma composição cultural diversa resultante de fluxos migratórios. Na maioria dos casos, tais sociedades possuem uma configuração cultural em que prevalece um grupo dominante, que geralmente desenvolveu sua cultura no próprio território, e diversos grupos sociais, mais ou menos subalternos, procedentes de outros lugares, por motivos diversos (políticos, econômicos, sociais etc.).

Nesse contexto ocorrem conflitos e relações interculturais de vários tipos e em diferentes níveis, na maioria dos casos caracterizados por uma série de sintomas:

- **Exclusão social e econômica**

As pessoas que imigram sofrem com maior intensidade a exclusão social e econômica que existe em nossas sociedades. Seja através de contratos ilegais ou de condições precárias, os imigrantes tendem a preencher as vagas rejeitadas pelos naturais do país, o que gera uma divisão étnico-cultural do mercado de trabalho. Como isso acarreta, entre outras consequências, uma inserção profissional precária, o imigrante tem dificuldade em estabelecer e manter vínculos com o resto da sociedade.

- **Fatos e atitudes de xenofobia e racismo**

Em todas as sociedades multiculturais criadas como resultado do afluxo de imigrantes existem atos e condutas xenófobos e racistas, que se manifestam com intensidades diferentes.

Referimo-nos tanto aos atos violentos contra os imigrantes e seus bens, como às atitudes de rejeição implícita por parte de segmentos importantes da população.

- **Inexistência de relações entre pessoas e comunidades de origens culturais diferentes**

Em termos gerais podemos dizer que pessoas e comunidades de origem cultural diversa não estabelecem relações entre si, salvo em casos isolados e excepcionais. Quando muito, há mútua tolerância e coexistência, com as distintas comunidades compartilhando um espaço, mas com inter-relações e cooperação bastante escassas entre seus membros. Essa falta de relações dificulta a resolução dos desencontros próprios do contato entre diferentes comunidades culturais.

- **Instrumentos legais**

Os instrumentos legais da maioria dos Estados que possuem sociedades multiculturais são leis policiais para controle dos imigrantes, em lugar de leis voltadas para facilitar a inserção e a integração na



sociedade que os acolhe. É sem dúvida paradoxal e revoltante o fato de que, em plena época de globalização, enquanto mercadorias, produtos e capitais podem se movimentar com total liberdade, as pessoas estejam sujeitas a diversas barreiras e limitações.

As causas dessa situação são várias e estão inter-relacionadas. De maneira resumida, podemos mencionar as seguintes:

- **Visão estreita e reducionista sobre as migrações**

Com relação às migrações atuais, há diversas concepções e visões que podemos considerar reducionistas, porque não levam em conta uma série de fatores que caracterizam esse fenômeno. Podemos citar:

- *A concepção economicista*, com base na qual os imigrantes são vistos sobretudo como mão-de-obra barata, esquecendo que antes de tudo eles são pessoas como as outras; essa atitude entra em conflito com os valores e princípios democráticos de acolhimento, asilo, solidariedade e respeito ao próximo. É uma visão utilitarista, aplicada no campo econômico, que nutre os receios e estereótipos

dos naturais (medo da invasão, eles são pobres e subdesenvolvidos etc.) e as políticas policiais e discriminatórias.

- *A problematização do fato migratório* promovida por alguns setores políticos e meios de comunicação quando a abordam como um “problema”. Uma análise mais profunda prova, entretanto, que as pessoas imigradas não causam os problemas pelos quais frequentemente são responsabilizadas: os imigrantes vão residir em bairros e moradias já degradados (só assim conseguem ter acesso à moradia); acham trabalho na economia informal (certamente porque ela já existia antes de eles chegarem); assim como já existem previamente o tráfico de drogas e a prostituição.
- *A falta de memória histórica*, quando se afirma que a “distância cultural” torna a integração coletiva dos imigrantes mais difícil, esquecendo que a maioria das sociedades foi formada com a contribuição de povos de culturas distintas. Esquece-se também que as sociedades européias precisaram da emigração de grande parcela de sua população, entre os séculos XVII e XX, para conseguirem fazer frente aos desafios econômicos que sobrevieram ao longo desse período.

- **Concepção monista-unitarista da coesão social**

Um dos argumentos de que se costuma lançar mão para justificar a assimilação e a invisibilidade dos imigrantes como pessoas culturalmente distintas, é que isso ajuda a preservar a coesão social. Essa concepção monista e utilitarista confunde coesão com coerência: para que haja coesão social precisa haver absoluta coerência cultural. Sob essa perspectiva o pluralismo, longe de ser valorizado como riqueza, é visto como perigo.

- **Mútuo desconhecimento entre pessoas de diferentes origens culturais**

O conhecimento que as sociedades receptoras de imigração têm da cultura dos imigrantes é mínimo e quase sempre dominado por estereótipos, que ressaltam os aspectos mais folclóricos e/ou negativos, contribuindo para reforçar os preconceitos e as desconfianças. Os imigrantes conhecem principalmente os aspectos funcionais das culturas locais.

O conhecimento que as sociedades receptoras de imigração têm da cultura dos imigrantes é mínimo e quase sempre dominado por estereótipos.

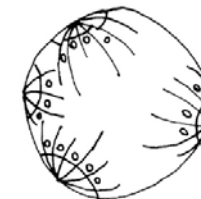
Atualmente, em nossa opinião, o objetivo que devem ter as sociedades multiculturais surgidas a partir dos movimentos migratórios, para enfrentar adequadamente o desafio da diversidade cultural, é o de se tornarem verdadeiramente interculturais. Para esse fim, a coesão e a harmonia sociais devem se articular, não apesar das diferenças, mas graças a elas. Concretamente, achamos que para atingir esse objetivo é preciso atingir antes três objetivos mais específicos:

I. Integrar toda a sociedade a uma realidade culturalmente pluralista

A integração de pessoas imigradas é concebida, na maior parte dos discursos e conceitos, como um processo de inserção dessas pessoas numa realidade culturalmente homogênea, que pode ser percebida de diferentes maneiras, de acordo com a ideologia:

- como uma cultura nacional dominante;
- como uma cultura universal pretensamente cosmopolita, visão que é própria dos movimentos políticos e sociais que se dizem de esquerda e/ou progressistas.

No primeiro caso, a idéia é defender uma identidade nacional que



correria o risco de desaparecer por causa da presença das identidades culturais dos imigrantes. No segundo caso, pretende-se libertar os imigrantes das “prisões” de suas culturas tradicionais. Contudo, nenhuma das duas visões mostra interesse algum nos imigrantes como pessoas capazes de acrescentar riqueza ao conjunto da sociedade.

Sob essa perspectiva, fica esquecido o sentido original da palavra “integração”, que se refere a todas as partes que compõem um conjunto, responsáveis, com sua dinâmica e existência, por manter a integridade dele. De acordo com esse sentido, a integração pode ser concebida como um processo que:

- concerne a todas e cada uma das pessoas de uma sociedade e não apenas às que imigraram;
- implica que todos encarem juntos como algo normal, e não estranho, uma nova realidade social caracterizada pela crescente diversidade de culturas.

Para compreendermos melhor esta orientação a respeito do conceito de integração, faremos referência à etimologia dessa palavra, como faz P. Grudzielski (1999: 7):

“Integer” em latim significa “inteiro”, “completo”. “Integratio” significa, portanto, o processo pelo qual um objeto, um corpo, um organismo ou uma sociedade se torna completo. É evidente que uma definição como essa não pode ser aplicada a uma pessoa. A idéia de uma pessoa “que se torna completa” é um contra-senso. Isto é, a palavra em questão aplica-se ao todo e não à parte. Logo, nas questões sociais a integração também deveria dizer respeito ao conjunto da sociedade e não a seus membros (pessoas ou grupos). No entanto, por alguma razão não explicada, o sentido deste termo não tem sido adotado nos discursos e nas políticas sobre imigração, etnicidade e raça.

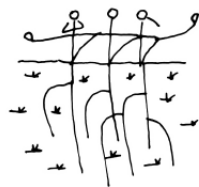
No mesmo sentido, J. Salt (1998) afirma que um processo de integração só pode ser considerado bem-sucedido se apresenta os três seguintes elementos:

- adaptação dos imigrantes à sociedade que os recebe;
- adaptação da sociedade receptora aos imigrantes;
- estabelecimento de vias de comunicação convenientes entre as duas populações, e no interior delas.

A integração é o processo gradual que transforma os novos residentes em participantes ativos da vida econômica, cívica, cultural e espiritual de sua nova sociedade.

A integração é um processo de mútua aprendizagem e construção de novas relações intercomunitárias, como já propunha alguns anos atrás A. Perotti (1989), para quem a noção de integração se opõe à de assimilação, pois reflete a capacidade de confrontar e intercambiar — em condições de igualdade e participação — valores, normas, modelos de comportamento, tanto por parte do imigrante como da sociedade receptora. Assim, a integração é o processo gradual que transforma os novos residentes em participantes ativos da vida econômica, cívica, cultural e espiritual de sua nova sociedade.

É bem verdade que nesse processo de mútua integração é preciso considerar a existência de realidades culturais muito mais enraizadas no território, quer por serem mais numerosas, quer por sua maior antigüidade. Mas sob nenhuma hipótese isso pode justificar a exclusão das outras realidades presentes no mesmo território.



II. Articular a coesão social sobre uma base comunitária

Em geral, dentro do contexto do pensamento moderno, tendemos a conceber a coesão social como uma realidade baseada nos indivíduos e gerida pelo aparato do Estado, especialmente desde o triunfo das idéias da Revolução Francesa, conforme expôs Bertrand Badie (vide item 4.d.).

Ocorre que em todas as sociedades e em todas as épocas, as pessoas têm estabelecido redes relacionais com base em critérios às vezes muito diferentes, criando assim vínculos comunitários de natureza muito variada.

Quanto aos imigrantes, isso implica admitir suas dinâmicas comunitárias não como algo excepcional, destinado a desaparecer cedo ou tarde, em proveito de uma suposta coesão social individualizada, mas como um elemento essencial dessa coesão social. É preciso superar de vez todos os receios que a dimensão comunitária provoca em certas pessoas, que enxergam nela os riscos do “recolhimento identitário”, do gregarismo e do surgimento de guetos. É exatamente graças à dimensão comunitária que as pessoas conseguem ser plenamente o que elas são, muito mais do que pela condição de cidadãos.

III. Lutar contra toda forma de exclusão

Embora em épocas de prosperidade econômica a idéia de que os imigrantes são “ladrões de empregos” perca força na sociedade receptora, a verdade é que em geral eles desempenham tarefas que ninguém quer fazer, quase sempre em condições de trabalho muito duras: exploração, falta de direitos, poucas chances de promoção no emprego etc. Essas condições são fatores que formam a base da exclusão social e da desigualdade econômica, que por sua vez alicerçam o racismo e a xenofobia.

Não existe hoje uma verdadeira igualdade de oportunidades de emprego para os imigrantes, em comparação com o resto da sociedade, nem sequer de formação profissional. O estereótipo que tacha as pessoas imigradas de “mão-de-obra barata” limita a possibilidade de o conjunto da sociedade se beneficiar das capacidades profissionais e intelectuais desses indivíduos. Sem esquecer que os mecanismos de exclusão e a precariedade do emprego afetam também a uma parte considerável da sociedade receptora, é preciso agir no sentido

de que a competência profissional e intelectual dos imigrantes seja valorizada e colocada a serviço de toda a sociedade.

Para atingir esses objetivos devemos agir nos vários níveis sociais, mas é prioritário e fundamental desenvolver as atitudes necessárias para um verdadeiro diálogo intercultural, que em nossa opinião são as seguintes:

- **Auto-reconhecimento**

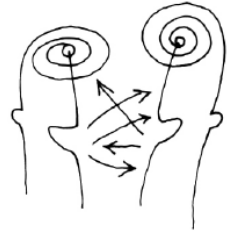
As populações das sociedades multiculturais devem reconhecer e admitir que vivem num contexto marcado pela diversidade cultural, distanciando-se das visões monoculturais fechadas e conservadoras e dos pretensos cosmopolitismos universalistas. Ao assumir essa realidade é possível, por exemplo, o reconhecimento da diversidade religiosa como uma característica das sociedades atuais que tende a crescer. Muitos dos filhos de imigrantes que nascem em sociedades multiculturais vão professar a religião de seus pais (muçulmanos, hindus, budistas etc.) sentindo-se também membros da sociedade em que vivem.

Este debate intracultural entre todos os que se consideram membros de determinada sociedade multicultural deve estar embasado num conceito de diversidade como diferença, não como desigualdade. A aceitação da diferença não representa um ato de tolerância para com o outro, mas o reconhecimento deste (como pessoa e em nível comunitário) como uma realidade plena, contraditória (como nós todos), portador de um saber, de um saber-ser e de um saber-fazer, instrumentos que, afinal, lhe permitem *ser*.

- **Reconhecimento**

A construção de uma sociedade justa que aceite sua própria diversidade cultural precisa da participação ativa e sem barreiras de todos os grupos que a compõem. Por sua vez, isso implica o reconhecimento da importância das redes comunitárias e de seu legítimo direito a se desenvolverem com base em critérios próprios e não sob a

A construção de uma sociedade justa que aceite sua própria diversidade cultural precisa da participação ativa e sem barreiras de todos os grupos que a compõem.



tutela institucional do Estado. É preciso romper a dicotomia nós e os outros (estrangeiros, imigrantes etc.), porque sua manutenção nos induz ao confronto e faz com que as diversas comunidades se fechem em si mesmas.

Para que esse reconhecimento seja real e verdadeiro, devemos deixar de reduzir os imigrantes a uma ou mais das seguintes categorias:

- um problema que deve ser administrado;
- um conjunto de necessidades que precisam ser atendidas;
- um elemento que precisa ser integrado à sociedade.

Por certo, as pessoas imigradas,

- têm problemas que devem ser administrados da melhor maneira possível;
- têm necessidades que precisam ser atendidas;
- não podem ficar marginalizadas da sociedade.

Entretanto, se nos limitarmos a cuidar dessas realidades sem levar em consideração que essas pessoas:

- possuem um saber, um saber-fazer e um saber-ser;
- possuem diversos recursos pessoais e comunitários;

- podem enriquecer a sociedade com suas dinâmicas comunitárias; estaremos reduzindo-as a um “vazio que é preciso preencher”, esquecendo que, no fundo, elas são acima de tudo “uma riqueza que é preciso descobrir”.¹³ O resultado será a degradação dos imigrantes e, por fim, do conjunto da sociedade, que não aproveitará toda a riqueza e a capacidade de parte importante da sua população. Para vencer essa visão estreita e redutora dos imigrantes é necessário:
- abandonar a leitura mercantilista (custo/benefício) para justificar a presença do imigrante;
- aceitar a presença do imigrante como um fator positivo de transformação das sociedades.

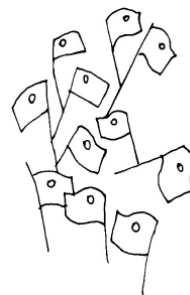
• **Conhecimento mútuo**

Só conseguiremos vencer os preconceitos e os estereótipos desenvolvendo o conhecimento mútuo, que resultará de relações francas, abertas e do diálogo, possíveis apenas em condições de igualdade. Todo mundo pode tornar-se membro de uma sociedade multicultural já que não há imigrantes mais facilmente integráveis do que outros.

Não se pode exigir os mesmos deveres daqueles que não podem exercer os mesmos direitos. Ao longo desse processo surgirão conflitos interculturais, que devem ser administrados de forma pacífica e criativa, para achar soluções que não sejam impostas pelo mais forte.

como uma população a que precisamos dar assistência, e passar a considerá-los atores capazes de assumir responsabilidades e de envolver-se da mesma forma que o resto da população. No entanto, não se pode exigir os mesmos deveres daqueles que não podem exercer os mesmos direitos. Ao longo desse processo surgirão conflitos interculturais, que devem ser administrados de forma pacífica e criativa, para achar soluções que não sejam impostas pelo mais forte.

É preciso instaurar um processo de negociação e busca de consenso entre todas as partes envolvidas. As instituições devem mudar seus critérios de admissão e inclusão, aplicando outros de cooperação e auxílio. É preciso deixar de considerar os imigrantes



b. Estados plurinacionais e multiétnicos

Estados plurinacionais e multiétnicos são aqueles que se formaram incluindo dentro de suas fronteiras grupos nacionais e/ou étnicos diferentes,¹⁴ que já existiam antes de sua constituição. Na maioria das vezes, o Estado foi constituído pelo impulso e sob a imposição de um dos grupos nacionais ou étnicos, que em alguma medida impôs sua própria cultura às outras nações e etnias.

Em face dessa situação de subordinação, e com base na lógica da cultura política ocidental moderna, esses povos têm reivindicado o direito de autodeterminação, que abrange implicitamente o desenvolvimento de estruturas políticas próprias do Estado-nação moderno, inclusive a formação de novos Estados independentes que deveriam garantir e possibilitar o exercício desse direito. O desafio intercultural que hoje se coloca no contexto da globalização é o de conseguir que os povos possam exercer esse direito de autodeterminação sem necessidade de:

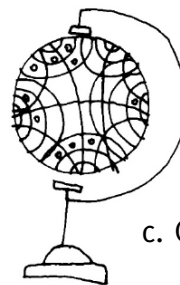
- constituírem um novo Estado-nação, com o conseqüente risco de agravar ainda mais o conflito intercultural que se procura resolver;

- desenvolverem as estruturas políticas próprias de um Estado-nação, ainda que este não se constitua de fato de forma independente.

Para isso, é preciso levar em conta dois fatores:

- primeiro, a existência de âmbitos regionais e continentais mais amplos que o Estado-nação clássico e em cujo interior seja possível exercer o direito de autodeterminação sem que se precise formar um novo Estado-nação
- em segundo lugar, o fato de que distintos povos e etnias, especialmente não ocidentais, podem sustentar concepções culturais diferentes com relação ao exercício do direito de autodeterminação.

O fato de esses dois aspectos serem levados em conta pode contribuir para o exercício do direito de autodeterminação como instrumento para a proteção e o desenvolvimento das identidades culturais coletivas, sem que seja preciso criar novos Estados-nação



c. Cooperação internacional e relações internacionais

Um terceiro contexto em que se verificam conflitos e relações interculturais é o das relações internacionais, e, mais especificamente, entre o Norte e o Sul no terreno denominado *cooperação internacional para o desenvolvimento*.

Como o nome indica, a noção de desenvolvimento caracteriza e define essas relações, tanto que ela estabelece a divisão da humanidade entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos.

O desenvolvimento como noção e prática tem sido objeto de uma crítica profunda baseada na evidência de que a adoção dele como epítome de uma vida desejável e digna resultou em fracasso estrondoso. Os raros benefícios trazidos por décadas de desenvolvimento têm sido sobrepujados pelos enormes efeitos negativos que eles acarretaram. A promessa da globalização econômica como novo mito mobilizador não parece capaz de mudar a situação. O problema da noção e prática do desenvolvimento como paradigma de uma vida plena reside basicamente em dois aspectos:

O desenvolvimento como noção e prática tem sido objeto de uma crítica profunda baseada na evidência de que a adoção dele como epítome de uma vida desejável e digna resultou em fracasso estrondoso.

- a atividade econômica torna-se autônoma com relação aos outros campos da realidade social, a ponto de justificar-se por si mesma¹⁵, dentro da lógica do crescimento econômico permanente e exponencial. Sob o critério do desenvolvimento, só o crescimento econômico pode garantir o bem-estar, mesmo que traga consigo inúmeras conseqüências negativas;
- ele precisa ampliar seu raio de ação, como característica intrínseca à sua natureza, até incluir toda a atividade econômica do mundo. O desenvolvimento não pretende estabelecer limites espaciais e necessita absorver a economia em nível mundial. A globalização da atividade econômica que está em andamento resulta da lógica do desenvolvimento, intensificada nos últimos cinquenta anos mas iniciada já no século XVI.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, a noção de desenvolvimento virou conceito medular para a definição do bem-estar humano.

Apesar de tratar-se de um termo polivalente, que admite várias definições, todas elas compartilham uma série de traços fundamentais:

- preeminência do pensamento racional e racionalizante;
- a natureza é considerada uma realidade exterior e separada do ser humano, sendo, por conseqüência, um simples recurso a ser explorado;
- concepção linear do tempo, criando uma abordagem histórica e evolucionista da realidade humana que abrange desde o homem primitivo até o homem moderno e civilizado;
- concepção do bem-estar estruturada principalmente com base na noção de riqueza, entendida como a posse de bens materiais.

A grande maioria das culturas não-ocidentais tradicionais tem concepções bem diferentes desta visão da realidade. Sem a pretensão de sermos exaustivos, nem de considerar a concepção dessas culturas como um conjunto monolítico, podemos levantar alguns pontos em comum:

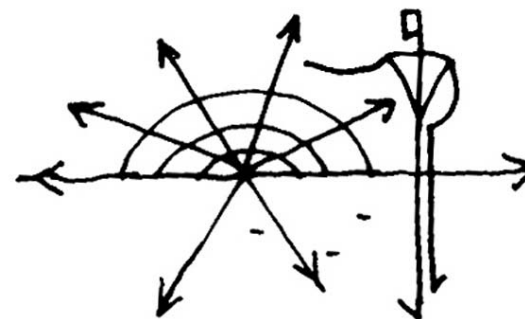
- o pensamento mítico e simbólico é tanto ou mais importante que o pensamento racional e racionalizante;
- a natureza é uma parte constitutiva da realidade humana;

Nas culturas não-ocidentais tradicionais a concepção do bem-estar inclui dimensões não materiais da realidade, como a dimensão cósmica e a espiritual.

- as concepções de tempo e história têm caráter mais circular e de modo algum evolucionista;
- a concepção de bem-estar inclui dimensões não materiais da realidade, como a dimensão cósmica e a espiritual.

Dado que tanto a cultura do desenvolvimento desenfreado como as outras culturas têm virtudes e defeitos e, portanto, nenhuma delas pode ser considerada capaz de resolver todos os problemas com que a humanidade hoje se defronta, é preciso estabelecer um diálogo intercultural entre elas.

Todavia, esse diálogo não poderá deixar de atentar para o traço particular da cultura do desenvolvimentista, que é o de ser por natureza uma cultura de dominação e imposição. Não se trata de incorporar alguns aspectos das diversas culturas na cultura do desenvolvimento com o propósito de que esta seja um mito e uma realidade transcultural; trata-se de estabelecermos um diálogo profundo entre as diferentes concepções do cosmo, do humano e do divino.



Bibliografia



- ALLIOT, Michel 1989. “La coutume dans les droits originellement africains”. **1953-1989 — Recueil d’articles, contributions à des colloques, textes du Recteur Michel Alliot**. Paris, LAJP, 1989, pp. 269-290.
- BADIE, Bertrand. **L’État importé. L’occidentalisation de l’ordre politique**. Paris, Ed. Fayard.
- BUREAU, René & SAIVRE, Denyse (dirs.). **Apprentissage et cultures. Les manières d’apprendre**. Paris, Karthala, 1988, 338 pp.
- Cf. COLLECTIF 1993. “Indigenous Vision. Peoples of India. Attitudes to the Environment”. **India International Centre Quarterly**, v. 19, n. 1-2, 304 pp.
- EBERHARD, Christoph 2000. “Droits de l’homme et dialogue interculturel. Vers un désarmement culturel pour un droit de paix”. Tese doutoral em Direito para obter o título de Doutor pela Universidade de Paris I, dez. 2000.
- EBERHARD, Christoph. **De l’universalisme à l’universalité des droits de l’homme par le dialogue interculturel — Un défi de sortie de la modernité**. Coletânea de D.E.A. da Universidade de Paris I, “Études internationales et européennes”, jun. 1996.

- GRUDZIELSKI. “Les politiques d’intégration des Etats européennes”, apresentado no seminário *Les immigrés et réfugiés et à l’aube de 1993*, França, Gap, ago 1999.
- HERBERT, J. **Spiritualité hindoue**. Saint-Amand (Cher), Albin Michel, 1988, Col. Spiritualités Vivantes, Série Hindouisme.
- PANIKKAR, R. **La notion des droits de l’homme, est-elle un concept occidental?** Paris, Diogenes, 1982, n. 120, pp. 87-115.
- PANIKKAR, R. **The Cosmotheandric Experience: Emerging Religious Consciousness**. Nova York, Maryknoll, (Orbis Book), 1993.
- PANIKKAR, R. **Invitació a la saviesa**. Barcelona, Editorial Proa, 1998.
- PEROTTI, A. **L’education dans les sociétés européennes a l’horizon des années 90**. Estrasburgo, Consell d’Europa, 1989.
- SALT, J. “Managing European migration: The case for a new policy approach”, estudo apresentado na conferência *International Migration Challenges for European Population*, organizada pela European Association for Population Studies e pela Universitat de Bari (jun. 1998)
- SCHEPS, Ruth (dir.). **La science sauvage. Des savoirs populaires aux ethnosciences**. Paris, Éditions du Seuil, 1993, 312 pp.
- VACHON, Robert. “Guswenta ou l’impératif interculturel” in **Interculture**. v. XXVIII, nº 2, primavera de 1995, caderno 127.
- VACHON, Robert. “Le mythe émergent du pluralisme et de l’interculturalisme de la réalité”, palestra proferida no seminário *Pluralisme et Société. Discours alternatifs à la culture dominante*, organizado pelo Institut Interculturel de Montréal, 15 de fevereiro de 1997 (não publicada).

Notas



1. Esta frase foi o slogan do 30º aniversário do Instituto Intercultural de Montreal realizado em 1993.
2. Seguimos aqui a reflexão desenvolvida por Robert Vachon (1995: 36-52).
3. Quem nos inspirou esta analogia da árvore foi Kalpana Das, diretora do Instituto Intercultural de Madri, que a utiliza em seus cursos e seminários de formação intercultural.
4. Para uma análise profunda destas três dimensões e de sua articulação, recomendamos o artigo de Robert Vachon (1995: 34-60) e, muito especialmente, seu esquema ilustrativo (pp. 62-3).
5. Raimon Panikkar denomina esta tripla dimensionalidade de “dimensão cosmo-teândrica”. Cf. PANIKKAR 1993.
6. Retomamos o essencial dos aspectos desenvolvidos quanto a esta questão por Raimon Panikkar (1998: 191-3).
7. Retomamos em forma resumida os aspectos colocados por Robert Vachon (VACHON 1995: 76-9).
8. Esta seção é baseada em EBERHARD 1996: 8-18.

9. Apresentamos aqui resumidamente o estudo desenvolvido sobre esta questão pelo antropólogo e jurista Christophe Eberhard. Cf. EBERHARD 1996: 41-47 e 2000: 150-200.
10. Cf. SCHEPS 1993.
11. Cf. BUREAU & SAIVRE 1988.
12. Cf. COLLECTIF 1993
13. Estas duas expressões foram criadas há muito tempo por Robert Vachon, do Instituto Intercultural de Montreal.
14. Geralmente, o termo “nação” é utilizado para designar sociedades cuja conformação condiz com o molde civilizatório ocidental, e o termo “etnia”, para designar sociedades que não correspondem a esse molde. Assim, povos como o catalão, o basco, o bretão, o escocês etc. são considerados nações, enquanto os diversos povos indígenas seriam etnias. O uso que fazemos dessas duas noções neste documento não pressupõe nenhum tipo de superioridade nem subalternidade entre elas.
15. Por exemplo, algumas atividades econômicas não são desenvolvidas para atender a necessidades ou desejos da sociedade, mas para permitir o funcionamento da máquina econômica. Assim, estimula-se a atividade de certos setores, como o da construção, não porque sejam necessárias novas casas, mas porque do contrário todo o sistema econômico entrará em crise. Depois, sempre se acha um jeito de convencer as pessoas a comprarem as casas recém-construídas.



